



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**O MASCULINO E O FEMININO COMO ESTRATÉGIAS
LINGUÍSTICAS DO DISCURSO**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de mestre em Línguas Estrangeiras Aplicadas - TEFL

Por

Isabel Cristina Madeira Vital

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**O MASCULINO E O FEMININO COMO ESTRATÉGIAS
LINGUÍSTICAS DO DISCURSO**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de mestre em Línguas Estrangeiras Aplicadas - TEFL

Por

Isabel Cristina Madeira Vital

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação da Professora Doutora Isabel Salazar Casanova

Setembro 2013

O MASCULINO E O FEMININO COMO ESTRATÉGIAS
LINGUÍSTICAS DO DISCURSO

Resumo

Há pouco mais de cinquenta anos, quem não se lembra da primeira televisão lá em casa e, alguns anos mais tarde, o prodígio da primeira televisão a cores?

Quase três décadas depois, o computador de secretária revelava-se uma máquina fantástica! Era grande, ocupava imenso espaço, mas o seu trabalho compensava a falta de espaço, os fios espalhados pelo chão e a falta de estética do aparelho, relativamente ao resto do ambiente.

Não posso deixar de mencionar os telemóveis: quem não comparou já a vida antes e depois do surgimento deste aparelho?!

Considero-me uma privilegiada não só por usufruir, mas também por ter assistido de tão perto a uma evolução relâmpago da tecnologia.

Refiro-me ao quotidiano e a aparelhos que, hoje, fazem parte da vida de todos nós. No entanto, apesar de toda a divulgação, não chegamos a ter uma noção autêntica de muita da evolução na área da medicina, da ciência ou da engenharia, para citar apenas alguns exemplos.

Na verdade, o progresso tecnológico foi, talvez, um dos sinais mais evidentes da tremenda evolução pela qual a humanidade tem passado. Isto é, têm sido grandes, mas nem sempre suficientemente conhecidos todos os passos dados em direção a uma humanidade mais evoluída, mais capacitada e mais competente.

Temos assistido a uma revolução de grandes proporções, mas terão as mentalidades acompanhado o ritmo e correspondido ao desafio trazido pela revolução tecnológica?

A mulher libertou-se da dependência do homem, saiu de casa, começou a trabalhar, acabando por concretizar o objetivo pelo qual lutou durante tantos anos: a auto-suficiência.

Por seu turno, o homem assume tarefas que até então eram consideradas exclusivamente femininas e afirma-se na administração doméstica. Casos há em que, praticamente, homem e mulher trocaram de lugar ou então profissões, tidas como femininas, em que os homens dão cartas: na culinária e na moda, por exemplo, os homens não deixam o crédito por mãos alheias.

A barreira do preconceito, a hierarquia e a tradição com séculos de vida, parecem, à primeira vista, ter dado lugar a uma renovação de mentalidades ou de conceções do mundo e de como este deveria ser regulado, se assim preferirmos.

No entanto, a rivalidade não só se mantém como parece estar ao rubro. O movimento feminista terá mantido acesa a disputa entre homem e mulher: os desafios surgem constantemente e fornecem o combustível para que não consigamos vislumbrar o fim da referida disputa. Possivelmente, todos ambicionamos uma sociedade menos discriminatória, mais justa, mais igualitária. Uma sociedade que perspetivasse o ser humano no seu todo, independentemente da raça, religião ou sexo, entre outros.

A expressão sexo fraco pressupõe um sexo forte e expressões como estas vão revelando o caminho que ainda não percorremos nesta área, apesar de já haver inúmeros setores onde homem e mulher unem as suas forças para dar o seu melhor: a carreira militar, por exemplo.

Talvez este seja um dos sinais de que, afinal, as fraquezas são somente diferenças e que, enquanto tal, podem e devem ser aproveitadas e canalizadas da melhor forma.

É através da linguagem, como instrumento do pensamento, que se viabiliza, ou não, esta possibilidade. É através da linguagem que se vai monitorizar o avanço ou retrocesso. e é também através desta que, simultaneamente, se modificam mentalidades e se deixam transparecer as mudanças. A linguagem é, ao mesmo tempo, o instrumento, porque contribui para a operacionalização do processo de mudança e o objetivo final, porque serve de espelho da referida mudança.

O objetivo deste trabalho é contribuir para demonstrar que as diferenças entre a linguagem feminina e masculina mais não são que caminhos diferentes para veicular informação, fruto de maneiras distintas de encarar e transmitir a nossa visão do mundo.

Percorrendo diversos autores, este trabalho revela a perspetiva transversal segundo a qual existem diferenças comprovadas entre o discurso feminino e o discurso masculino. O passo seguinte, já preconizado por alguns dos estudiosos, será no sentido de, favoritismos à parte, assumir a masculinidade ou feminilidade como dois caminhos na mesma direção ou duas estratégias para o mesmo fim: uma sociedade mais coesa.

Abstract

Most of us must remember the first TV, set nearly fifty years ago, and a few years after, the first colour TV.

Three decades later, desktop computers looked like magic. Personal computers were too big, they took too much space, but they did wonders, this is probably the reason why nobody cared about the wires all around the floor and how ugly computers were.

Have you ever compared your life before and after mobile phones? Mobile phones are, undoubtedly, another prodigy of modern times.

I feel privileged, not only because I can take advantage of everything technology has brought us, but also because I have been lucky enough to watch the process of evolution.

So far, I am referring only to the part of evolution which we know about. Despite all this evolution, most of us probably don't have the slightest idea of the true impact of evolution itself in the medical, engineering and science fields, to mention just a few examples.

Actually, technological progress is one of the few signs we have of the evolution of human kind, transforming all of us into a more qualified and competent human kind.

What about our minds? Have they matched and evolved in the same direction?

Women conquered independence from men, they have left the safety of their homes and now they have their own jobs: these women became much more self-confident - they have earned a new personality.

On the other hand, men's lives have also changed. Cooking and designing clothes are some of today's top tasks to men – a few years ago, this kind of tasks would be considered minor to men.

Prejudice, old hierarchy and tradition have ruled so far, seem to have given place to a complete renewed process where human minds are concerned.

Nevertheless, the dispute between men and women is stronger than ever. The feminist movement gave a huge contribution to this rivalry: men and women challenge each other all the time and the dispute looks like it is never going to end.

We all dream of a society able to consider Man as a whole, independently from race, religion or sex.

The expression "weak sex" makes us believe that there is a "strong sex" and expressions like this prove that there is still a long road to travel before reaching the desirable balance between men and women. After all, nowadays men and women live side by side in the army: soldiers of both sexes are the living proof that together they can respond to the toughest challenges.

Once we are aware of this, we must believe that what looks like a weakness is no more than a small difference which we should be smart enough to take advantage of.

Language as a tool of human thought, monitors the forwards or backwards of our society, language is also used as a tool to change human minds and, at the same time, it is through language that we can see how humanity has, or has not, improved. Language is, at the same time, the means and the target.

With this work we hope to be able to help demonstrating that the differences between masculine and feminine languages are, in fact, different ways to get to the same place: different means to achieve the same, because, before anything else, language results from our way of looking around, observing what is happening around us, analyse and express our feelings and our own vision of the world.

This work also tries to convey the idea that differences between feminine and masculine languages are acceptable and the next step is taking masculinity or femininity as two different paths to reach the same goal: a more cohesive society.

Índice

Introdução 2

Capítulo 1

A Linguagem ao Serviço da Sociedade 3

Capítulo 2

Instrumentalização da Linguagem 8

Capítulo 3

**Diversos Autores, um Percorso Comum: o Protagonismo do Masculino
..... 19**

Capítulo 4

Estratégias do Discurso 22

4.1 - A Delicadeza; 23

4.2 - As *Tags*; 27

4.3 - Formas Perentórias e Não Perentórias; 28

4.4 - Linguagem Tabu; 29

4.5 - O Elogio; 31

4.6 - Escolha da Língua. 34

Capítulo 5

Domínio ou Diferença: 37

5.1 - Estratégias de Não Cooperação; 37

5.2 - O Silêncio como Símbolo de Poder ou da sua Ausência; 38

5.3 - A Conversa entre elementos do mesmo sexo; 39

5.4 - Estilo Colaborativo Feminino: 40

5.4.1 - Tema e Desenvolvimento do Tema;.....	40
5.4.2 - Respostas Curtas;	41
5.4.3 - <i>Hedges</i> ;.....	43
5.4.4 - As Interrogativas em geral;	44
5.4.5 - Padrão de Intervenções numa Conversa:	47
5.4.5.1 - Fala um de cada vez;	48
5.4.5.2 - As interrupções;	50
5.4.5.3 - Falar demasiado.	53
5.5 - Estilo Competitivo Masculino:	55
5.5.1 - Monólogos e Grau de Conhecimentos;	56
5.5.2 - Confronto Verbal;	56
5.5.3 - Solidariedade numa Conversa.	57
5.6 - Assumir a Masculinidade ou a Feminilidade;	58
5.7 - Feminilidades em Competição;	59
5.8 - Masculinidades em Competição;.....	60

Capítulo 6

Na Prática: Domínio, Diferença ou Nenhum destes?	61
---	-----------

Capítulo 7

Género e Poder	66
-----------------------------	-----------

Conclusão	71
------------------------	-----------

Bibliografia	75
---------------------------	-----------

The masculine and feminine elements, exactly equal and balancing each other, as are essential to the maintenance of the equilibrium of the universe as positive and negative electricity, the centripetal and centrifugal forces, the laws of attraction which bind together all we know of this planet whereon we dwell and of the system in which we revolve.

Elizabeth C. Stanton, *The Woman's Bible*

Introdução

Uma língua é um sistema convencional, sujeito a regras. Simultaneamente, a língua é um instrumento utilizado por indivíduos com um percurso de vida, com uma eventual formação académica e com uma origem, social ou geográfica, bastante diversas. A maneira como cada um dos falantes usa este instrumento é uma das questões que necessita de ser analisada.

Por outro lado, a interação dos falantes é um processo relativamente complexo. Para que possamos compreender os mecanismos a que está sujeito, é fundamental que comecemos por analisar o papel desempenhado por um vasto conjunto de elementos intervenientes.

Gostaríamos de contribuir para clarificar a situação, no sentido de entender melhor, não só o processo de comunicação em si próprio, mas também os falantes e todo o conjunto de intervenientes neste processo, que, por sua vez, conduzem ao resultado final. O sexismo na linguagem tornou-se quase um lugar comum, algo que, para alguns, se transformou até numa bandeira de defesa dos direitos femininos.

Possivelmente, o desconhecimento e / ou a falta de reflexão relativamente a este problema resultarão, segundo a nossa análise, no aumento da dimensão do mesmo, incorrendo-se, muitas vezes, em exageros para, alegadamente, se defenderem valores como a justiça e a equidade entre homem e mulher.

O objetivo deste trabalho é procurar entender a natureza do fenómeno, bem como demonstrar a fragilidade dos argumentos que servem de base à acusação segundo a qual língua discrimina a mulher.

Começaremos pela caracterização e distinção das noções de sexo e género, tentando, depois, desconstruir um pouco a confusão gerada em torno destas duas noções e que muito contribuiu para a construção do mito, segundo o qual a linguagem é responsável pela discriminação da mulher.

Através da perspectiva de diversos estudiosos desta matéria, procuraremos também entender de que forma homem e mulher operacionalizam a sua competência comunicativa, selecionando de entre as diversas opções à disposição aquela(s) que, de acordo com a sua identidade, melhor servem os princípios comunicativos.

Capítulo 1

A Linguagem ao Serviço da Sociedade

Antes de mais, há uma diferença fundamental a clarificar entre Género e Sexo. O primeiro é de raiz cultural e o segundo de raiz biológica.

O primeiro faz parte de um sistema convencionado e é atribuído arbitrariamente pela própria língua, enquanto o segundo está na natureza.

Quando, numa língua, se atribui o género denominado masculino ou feminino a determinado conceito, estamos a repetir e perpetuar um erro. Caso contrário, deveria existir uma explicação clara para o facto de “lápiz” pertencer, supostamente, ao género masculino e “esferográfica” pertencer ao género feminino. E ainda para o facto de estes mesmos conceitos, numa outra língua, trazerem, muito provavelmente, a marca de um outro género.

Ainda que a resposta fosse o facto de cada língua ser um sistema convencional, essa resposta apenas corrobora a afirmação de que a atribuição do género masculino ou feminino a determinado conceito é, de facto, arbitrária e, portanto, nada tem a ver com a natureza dos referentes.

Por outro lado, se o convencionalismo de determinada língua justificasse a alegação de que a língua é sexualmente discriminatória, então teríamos encontrado simultaneamente a origem e a solução para o problema. Para solucionar o problema da discriminação sexual em determinado sistema linguístico, seria, talvez, suficiente alterar as regras, por exemplo, através da distribuição das categorias masculino e feminino de forma equitativa, e não haveria mais lugar a acusações de sexismo nesse mesmo sistema linguístico.

Mesmo assim, seria, possivelmente, complexo chegar a um consenso sobre o conceito de equidade, como atribuir cada um dos géneros, qual ou quais os critérios a aplicar e como justificá-los.

“O Género é uma categoria gramatical que, como as outras categorias, se reveste de um carácter convencional, variando de língua para língua. Muitas línguas apresentam algum paralelismo entre o género gramatical e o sexo do referente ou género natural, mas esse paralelismo não passa de uma simples aproximação. Com efeito, línguas diferentes atribuem muitas vezes géneros diferentes a conceitos idênticos. (...)” (Casanova 2009: 138)

Quantos de nós se terão apercebido das múltiplas possibilidades que a língua nos oferece de nos desentendemos, ou, por outra via, de dizer o mesmo de maneiras tão diversas! Os jogos de palavras, as charadas, ou, num outro plano, o discurso literário ilustram muito bem a multiplicidade de combinações à nossa disposição para traduzir pensamentos. Há quem leve esta característica muito a sério e a transforme numa forma de vida: os humoristas e os escritores, para mencionar apenas alguns exemplos.

Os juristas são também exemplo de um grupo que domina um tipo de discurso muito específico, que, por norma, se alimenta da exploração da subjetividade, podendo dar lugar a verdadeiras perversões do que, na realidade, se pretendia transmitir.

No entanto, se é verdade que o elevado grau de subjetividade do discurso da jurisprudência permite diversas interpretações, também não podemos ignorar que é o Homem o único responsável pelo tipo de manipulação que faz da sua língua.

Ainda assim, esse será, provavelmente, um dos encantos de uma língua: as inúmeras possibilidades de combinação para tentar traduzir os nossos pensamentos.

Todas as línguas vivas são dotadas de uma extraordinária capacidade de auto-regeneração e de adaptação a novos contextos, sejam eles de que natureza forem. Ao longo dos tempos, por diversas vezes, temos tido oportunidade de assistir a situações em que o dinamismo de uma língua continua a permitir descrever novas realidades, encontrando sempre novas palavras para novos conceitos, como se de uma fonte inesgotável se tratasse.

Como poderemos entender então a alegação de que a linguagem é sexualmente discriminatória?

Se não há razões concretas para que possamos responsabilizar a língua e o seu convencionalismo pelo alegado sexismo da mesma, a explicação estará, provavelmente, nos falantes e na forma como manipulam e interpretam a língua.

Cada um de nós, produtores e recetores de mensagens numa determinada língua, reflete uma determinada visão do mundo à nossa volta.

Isto significa, forçosamente, que há um grau de subjetividade inerente na utilização que cada um de nós faz da sua língua, na forma como produz e interpreta o discurso.

Existe uma diferença entre o que se diz, o que se quer dizer e o que se entende ou o que se pode entender de um discurso. Além da subjetividade causada pela forma como cada um de nós analisa e processa tudo o que nos rodeia, há ainda que ter em conta outros fatores que contribuem para o apuramento da competência linguística, de entre os quais

destacamos o objetivo de determinada conversa ou de determinada intervenção em particular, e ainda, relativamente aos interlocutores entre os quais decorre a conversa, não podemos ignorar o grau de intimidade entre estes, a cultura de cada um dos intervenientes e outras vivências que possam, ou não, ter em comum.

Além disto, há também que ter em conta a diferença entre a forma como o cérebro masculino e cérebro feminino processam a informação. Nenhum dos dois tem supremacia, antes pelo contrário, referimo-nos a diferentes formas de tratar a informação que, frequentemente, se traduzem por dificuldades de interação entre os dois sexos, ou, em última instância, por autênticas cisões entre os interlocutores, sempre que as estratégias adotadas não se revelam as mais adequadas e, simultaneamente, o objetivo da conversa passa a ser mais importante do que a conversa em si mesma: revelar um certo controlo da situação, pelo menos para um dos interlocutores.

Mesmo que, quando isto se verifica, o que está em causa é a maneira como o cérebro humano, seja este masculino ou feminino, processa a informação e como gere a interação.

Tentamos aqui chamar a atenção para o facto de que, independentemente das circunstâncias, dos condicionalismos e até da perícia do falante, este será sempre o responsável pelo que diz, mais do que isso, responsável pelo impacto do que diz. Cabe ao locutor a tarefa de adequar o seu discurso ao contexto e minimizar o impacto negativo que o seu discurso possa ter, através, por exemplo, de algumas estratégias previstas pelo princípio da Delicadeza ¹. Além destas, também é importante respeitar o Princípio da Cooperação bem como as quatro máximas de Paul Grice: a Máxima da Quantidade, da Qualidade, da Relevância e do Modo.

Sendo assim, de que forma se poderá entender a acusação de que, por exemplo, quando nos referimos à greve dos médicos se esteja a ignorar o papel ou a importância das mulheres, profissionais no mesmo setor?

Palavras como, por exemplo, “colega” que têm uma única forma, usada no feminino e no masculino, precedida do determinante, serão palavras que indiciam discriminação?

Ou então, palavras como, por exemplo, “professor”, que são biformes, mas cuja forma do masculino se usa para englobar os indivíduos de ambos os sexos a exercer a mesma profissão, serão, também estas, situações que visam colocar o papel da mulher em segundo plano?

¹ Brown e Levinson (1987, 1978), citado em Faria, R. (2009)

Situações diferentes mas com um tratamento idêntico: diz-se que fazem com que prevaleça o masculino sobre o feminino.

Tradicionalmente, as línguas clássicas adotavam uma divisão tripartida em género: masculino, feminino e neutro. O latim, por exemplo, ilustra bem esta situação. As línguas românicas, oriundas do latim, adotaram, tradicionalmente, uma divisão bipartida: masculino e feminino, o português e o francês são dois exemplos.

A língua inglesa também adota o critério da divisão tripartida, no entanto, este resulta de uma divisão anterior entre o género inanimado e o género animado, sendo que este último se terá desdobrado em masculino e feminino.

A confusão entre sexo e género está generalizada. Em certos casos poderá até, quem sabe, ser intencional, ou, pelo menos, bastante cómoda.

Após o que ficou dito até aqui, talvez os responsáveis, afinal, sejamos todos nós, representados pela sociedade como o conjunto dos falantes.

Se perspetivarmos a língua como um instrumento que todos nós manipulamos, ainda que tendo em conta diversos condicionantes: a nossa cultura, o ambiente social, económico em que nos inserimos, a cultura dos interlocutores com quem interagimos facilmente depreendemos que somos nós, falantes, que operamos uma língua, somos nós que atribuímos significado/sentido quando produzimos determinado texto.

Somos capazes de traduzir uma profunda dor ou uma enorme alegria, através de palavras. Em certas situações somos até capazes de reconhecer em nós a dificuldade ou mesmo a incapacidade de traduzir por palavras o que sentimos no momento.

Relativamente ao sexismo pelo qual se responsabiliza a linguagem, o que sucede é que o homem tem dominado a sociedade quer na esfera social, quer na esfera profissional, assumindo o comando destes dois setores ao longo dos séculos.

Os papéis eram, por assim dizer, distribuídos, cabendo ao homem as funções principais, entre as quais proteger a família e trabalhar para a sustentar.

Por seu turno, a mulher surgia como frágil, desprotegida e até inapta para desempenhar funções equivalentes, como por exemplo, assegurar financeiramente, e não só, a sobrevivência de uma família.

Para a mulher ficava pouco mais do que a função reprodutora. Esta tem imensas obrigações para com o seu cônjuge, a quem deve amor e fidelidade, ainda que, por vezes, tal implique tornar-se propriedade do marido. É também de destacar o facto de que a

mulher era vista como portadora de um intelecto comparativamente mais limitado e, portanto, para além de criar os filhos e cuidar para que tenham a melhor educação, a mulher ficava apenas com o dever de se manter atraente.

Embora a situação tenha evoluído bastante desde este estágio, a raiz das sociedades de hoje em dia continuam estruturadas sobre este modelo, ainda que com contornos mais ténues. A preponderância da figura masculina continua a fazer com que tudo o que o homem, como líder, diz ou faz se torne a regra / a norma.

O nosso discurso não pode deixar de refletir esta realidade que lhe está subjacente.

Capítulo 2

Instrumentalização da Linguagem

Em qualquer sociedade, a linguagem reflete determinada concepção do mundo, uma maneira de estar e até de ser, relativamente a outras sociedades, além disto, a linguagem é também um importante instrumento de transmissão e perpetuação da cultura que representa.

Quanto mais marcados estiverem os papéis sociais, mais a linguagem refletirá este facto. M. Talbot, no seu livro *Language and Gender* (2010) afirma que, se observarmos uma sociedade conservadora, onde os papéis estão estruturados e claramente divididos entre masculino e feminino, estas características estarão, de uma forma ou de outra, patentes também na linguagem.

De facto, a língua fornece informação de natureza fonética, semântica ou fonológica, que permite saber quem fala, de quem se fala e ou para quem se fala.

M. Talbot (2010) fornece diversos exemplos que ilustram a afirmação de que em algumas línguas, a tendência vai no sentido de quase ignorar o sexo de qualquer dos envolvidos no discurso, como se procurasse uma forma de igualdade, noutras a marcação de género no discurso é feita de diversas maneiras e pode depender da opção da pessoa que fala, da pessoa a quem se fala ou de quem se fala, por exemplo:

- o sistema pronominal Inglês e Holandês fazem a distinção do sexo do sujeito de quem se fala apenas na terceira pessoa do singular;
- o sistema pronominal do Francês, do Italiano e do Espanhol são semelhantes ao exemplo anterior, embora na terceira pessoa do plural também façam a distinção do sexo do sujeito de quem se fala;
- o Árabe coloquial tem uma forma que marca o sexo na segunda pessoa do singular, isto é, a forma usada sempre que nos dirigimos a alguém varia, consoante se trata de um homem ou uma mulher;
- o Japonês é bastante complexo porque compreende diferentes graus de formalidade, tendo em conta o estatuto social da pessoa a quem nos dirigimos. Assim, existem diferentes formas do pronome de primeira pessoa do singular e, de entre estas, há formas que podem ser usadas por homens e por mulheres, outras são exclusivas para cada um dos sexos. a escolha da forma pronominal depende

pois do sexo do falante em vez de depender do sexo da pessoa a quem nos dirigimos;

- numa sociedade tribal de uma das ilhas das Caraíbas existem vocábulos de uso exclusivamente feminino ou masculino, de maneira que temos a sensação de que existe uma linguagem diferente em função do sexo do falante;
- na língua de uma tribo do Brasil, os Karajá, podemos encontrar a maior quantidade de diferenças entre a linguagem usada por elementos de cada um dos sexos: esta língua possibilita a identificação do sexo do falante, através de sons que são diferentes consoante o caso - homem ou mulher.

A linguagem consolida a demarcação de papéis feita, em primeiro lugar, pela sociedade.

As diferenças de sexo são biológicas, homogêneas e inquestionáveis. As diferenças de género estabelecidas na linguagem apresentam uma grande diversidade de padrões, de cultura para cultura.

Trata-se de comportamentos que vamos aprendendo, à medida que nos vamos integrando numa sociedade. A aprendizagem do comportamento a adotar de acordo com as normas estabelecidas é fundamental para que sejamos acolhidos como membros de uma determinada sociedade; pelo contrário, caso a aprendizagem não aconteça, o mais provável é a exclusão social.

Da dualidade da diferença genética entre sexos e a diferença estabelecida pela linguagem numa sociedade, um comportamento socialmente adquirido resulta muito frequentemente uma confusão que conduz, muitas vezes, à culpabilização da linguagem e o ilibar da sociedade, como se a linguagem tivesse vida própria, fosse independente, e língua e sociedade cumprissem as suas existências de costas voltadas.

Embora haja um número significativo de estudos sociolinguísticos, cada um deles seleciona coordenadas diferentes que, por sua vez, influencia em graus variáveis os dados e, conseqüentemente, os resultados.

Qualquer língua está inserida em determinado contexto social, por isso, são inúmeras as variáveis a ter em conta quando tentamos entender um fenómeno linguístico. Este não pode ser visto isoladamente; pelo contrário, para que possamos recolher dados, analisá-los e tirar alguma conclusão sobre uma língua e sobre a utilização que dela se faz, é fundamental que tenhamos em conta todo o tipo de condicionantes, sejam elas de ordem

regional, académica, económica, social ou política. É necessário antecipar possíveis combinações de variáveis que poderão viciar os resultados, quer na selecção dos entrevistados, quer na condução das entrevistas: como são conduzidas, a quem são feitas e por quem.

Por exemplo, no livro *Language and Gender*, M. Talbot (2010) afirma que os antigos estudos de dialetologia são pouco sistemáticos e revelam uma tendência sexista na medida em que excluem a mulher dos seus estudos, sob a justificativa de que esta usa uma linguagem com menos formas vernaculares, o que, segundo os estudiosos de então, não deveria ser alvo de análise.

M. Talbot cita Trudgill num estudo que, segundo aquela, merece pouca credibilidade, mas chama a atenção para algumas questões importantes. Este, ainda que de maneira algo especulativa, identifica alguns estereótipos em alguns estudos, a saber: os homens são caracterizados pela função que desempenham, enquanto as mulheres aparecem descritas como superficiais, submissas e frágeis, sempre com necessidade de afirmação da sua posição na escada social.

Outro grave problema no mesmo trabalho de Trudgill é o facto de este considerar o discurso masculino como norma, logo, o discurso feminino será um desvio da norma. Este erro permite ainda retirar outras conclusões sobre o desvirtuar dos estudos linguísticos: grande parte da análise e das conclusões desenvolve-se em torno da figura masculina, isto é, comparativamente com o homem, os comportamentos linguísticos da mulher estão viciados ou incorretos. Mais uma vez e de forma flagrante, estamos perante uma sociedade cujo prumo é a figura masculina, independentemente do seu grau académico, classe social ou condição económica.

M. Talbot examina duas teorias, ainda que, de alguma forma, contraditórias. A primeira, da autoria de R. Lakoff, defende a existência de uma linguagem exclusivamente feminina, e a segunda, de Dale Spender, defende que a linguagem é feita pelo homem.

Lakoff descreve a linguagem exclusivamente feminina como excessivamente delicada, reveladora de falta de confiança e marcada por uma forte vontade de agradar.

Otto Jespersen, no seu livro *The woman in Language: Its Nature, Development and Origin* (1922), citado em M. Talbot (2010:34), entende que, afinal, a missão da mulher na linguagem é de contribuir para a sua pureza, na medida em que, na maioria dos casos, esta

substitui a vulgaridade da linguagem masculina pelo refinamento e pureza da linguagem feminina.

No entanto, todas estas apreciações se fazem sempre tendo por referência a linguagem usada pelo homem, essa sim, recheada de imaginação e criatividade, segundo o mesmo autor. Assim, deveremos entender que o homem garante a perpetuação e transmissão da linguagem, a mulher contribui com o refinamento. A depreciação continua, alegando que o leque vocabular da mulher é substancialmente mais reduzido e o conteúdo discursivo é bem menor. Mas nenhuma das suas afirmações é consubstanciada com provas, e a sua observação poderá decorrer de que a mulher não teria acesso ao mesmo grau de educação que o homem, portanto, as diferenças teriam de existir.

Quando se afirma que as mulheres falam mais do que os homens, sugere--se mesmo que a medição teria sido feita por contraste com o silêncio - mais uma vez os dados estão adulterados, porque a amostra que serviu de base ao estudo incorreu em falhas graves de imparcialidade.

R. Lakoff, num dos seus trabalhos de grande projeção *Language and Woman's Place* (Lakoff 1975), referido por M. Talbot (2010), levanta, pela primeira vez, uma hipótese fundamental que vem despoletar novos horizontes na forma como é visto o estudo da linguagem no feminino e no masculino.

Segundo esta, a linguagem feminina é duplamente alvo de discriminação: aquela que as mulheres usam porque não tiveram acesso a outra e aquela que é usada para descrever a sua linguagem. Sem deixar de lado a raiz cultural, e tendo por universo a mulher americana, o grande passo em frente nestes estudos é que agora Lakoff procura, na linguagem feminina, sinais que sustentem as alegações de que podemos encontrar nesta linguagem sinais de insegurança, fragilidade e excesso de delicadeza / formalidade.

Na sua maioria são marcas que podemos identificar como pertencentes a campos lexicais usados exclusivamente por mulheres, entre estas: vocabulário relacionado com trabalhos (exclusivamente) femininos, vocabulário cromático, construções extremamente "formais", as *tag questions* e adjetivos de afetividade. De entre estes últimos, R. Lakoff destaca um conjunto de adjetivos usados quase exclusivamente pelas mulheres e aos quais chama "vazios" por terem, segundo esta autora, um valor afetivo, em vez de um valor puramente referencial, como acontece, supostamente, na linguagem masculina - continua o estereótipo e o preconceito.

Estranhamente, a linguagem que não serve para exprimir sentimentos fortes, talvez aqui forte seja sinónimo de autêntico, é considerada negativa. Como antónimo de "forte" consideram-se apenas os vocábulos "artificial" e / ou "superficial".

Em todos os exemplos fornecidos por Lakoff, há falta de provas que sustentem as respetivas alegações. Fica a dúvida entre o que foi de facto observado e o que se afirma sem provas - a especulação, segundo M. Talbot. Mais tarde, alguns estudos vieram confirmar algumas das hipóteses anteriormente levantadas sem suporte. Por demonstrar ficou a alegação de que a linguagem feminina revela maior grau de insegurança. Esta insegurança seria, supostamente, traduzida por atitudes tais como a auscultação junto dos interlocutores, recorrendo frequentemente às *tags*.

Nesta altura é importante salientar que, segundo M. Talbot, muita da pesquisa não foi realizada por especialistas, o que facilmente deixa antever falhas mais ou menos graves em todo o processo de recolha e análise de informação.

Às *tags* é atribuído apenas um valor ou uma função. Sabemos que não é assim: este tipo de perguntas tem diferentes objetivos quando é usado, e podemos subdividi-los em dois grandes grupos - afetivo e referencial, segundo Janet Holmes, também citada por M. Talbot (2010: 38). As *tags* referenciais assinalam a incerteza na frase ao procurarem, de alguma forma obter do destinatário a confirmação do que se diz, quanto ao grupo de *tags* designado por afetivas, estas subdividem-se em facilitadoras: aquelas que revelam solidariedade ou proximidade entre os falantes, ou amenizadoras: aquelas que tentam minimizar o efeito de uma crítica ou de uma ordem.

Assim, não é possível, mais uma vez, generalizar as conclusões. Janet Holmes constatou que, em ambiente escolar as mulheres usam mais *tags* do tipo facilitador e os homens dão preferência às *tags* do tipo referencial. Concluindo, embora, de facto, as mulheres recorram mais às *tags*, o objetivo destas é exprimir solidariedade; por seu turno, os homens, ainda que em menor número, usam as *tags* de tipo referencial, traduzindo incerteza ou tentativa de conseguir obter aprovação do destinatário.

Uma possível explicação é a de que o uso da *tags* seja interpretado de maneira diferente, consoante é usado pelos homens ou pelas mulheres. Daí o facto de, mais uma vez, a utilização da *tags* pelas mulheres ser vista à luz do preconceito.

O principal impacto das primeiras especulações de Lakoff foi o facto de estas terem sistematizado pela primeira vez a ideia, já generalizada, de que o comportamento

linguístico das mulheres serve de prova de que estas nunca seriam capazes de ocupar cargos de poder, mesmo que lhes fosse dada uma oportunidade.

Relativamente à questão linguística propriamente dita, os principais problemas com as hipóteses que avançou eram:

- assentar na crença de que havia um conjunto de características linguísticas exclusivas da mulher;
- procurar reforçar a ideia de que o modelo linguístico feminino era, logo à partida, deficitário;
- deixar implícito que a norma era a linguagem usada pelo homem.

Referindo-se ainda à obra de Dale Spender, *Man Made Language* (1985), M. Talbot (2010) afirma que também esta apontava a linguagem como sendo concebida pelo homem e definia-a à luz das teorias traduzidas pela hipótese de Sapir-Whorf.

De acordo com estes autores, a linguagem é, em primeiro lugar, uma herança cultural. Além disso, nos conteúdos que transmite, a linguagem é profundamente determinada pela sociedade em que se insere, refletindo assim diferentes formas de olhar o mundo, captar e traduzir a realidade e ainda de construir subjetividade.

Partindo deste pressuposto, D. Spender afirma que às mulheres cabe apenas usar sentidos que foram fabricados pelo homem e, conseqüentemente, que estão muito distantes do seu mundo e da sua realidade. O homem tem exclusividade no que diz respeito à fabricação de sentidos que, por sua vez, traduzem o seu mundo, a sua perceção duma realidade que também é a sua.

As mulheres não teriam a sua realidade codificada através da linguagem, apenas o homem, que codifica o seu mundo, tem o privilégio de traduzir por palavras a sua versão dos acontecimentos, os seus interesses, imprimindo nas palavras uma espécie de marca do masculino.

Para consubstanciar estas afirmações, D. Spender aponta alguns vocábulos que, efetivamente, ilustram a sua teoria, relacionados, neste caso, com o campo semântico do trabalho feminino e com a maternidade. Por exemplo, a definição do vocábulo *work*, discriminava a mulher, na medida em que, por ter sido alegadamente configurado pelo homem, não incluía tomar conta do(s) filho(s) e restantes tarefas domésticas, asseguradas pelas mulheres; *spinster*, também referente à mulher, tinha, naquela altura, uma conotação negativa, que nada favorecia as mulheres a quem se referia e que era, simultaneamente,

muito distinta do que se entendia por *bachelor*. Infelizmente, nos nossos dias, ainda há quem assim pense relativamente a ambos os casos: *women's work e spinster*. Não é a língua que deve ser responsabilizada por este tipo de fenómeno, mas antes a sociedade e os seus princípios de igualdade e justiça pouco eficientes.

Interessante é também a afirmação de D. Spender, segundo a qual as versões femininas da realidade são sistematicamente suprimidas pelo homem, por serem apresentadas de maneira demasiado veemente e emotiva e ainda por se revelarem agressivas e irritantes.

Na opinião de M. Talbot, os escritos de D. Spender, apesar de datarem dos anos 70, não podem nem devem ser considerados desatualizados, muito pelo contrário. No entanto, aponta alguns exageros no texto de D. Spender, especificamente a acusação de que a linguagem é monolítica.

Segundo M. Talbot, a teoria de D. Spender enfraquece devido ao facto de esta usar termos-chave de forma pouco sistemática e organizada, deixando também de fundamentar e tornando o discurso confuso.

Talbot dá o exemplo do termo *meanings*, usado, pelo menos em três aceções diferentes e que, se tivermos esta perceção, torna o seu discurso bem diferente.

De acordo com a análise de M. Talbot, o vocábulo *meaning* é usado em termos semânticos, filosóficos e ainda sociais de tendência discriminatória.

M. Talbot afirma que, de acordo com o discurso de D. Spender, parece implícita e imutável a ideia de que o homem possui algum tipo de mecanismo biológico que lhe faculta o controlo absoluto sobre a mulher, o que sabemos não ser verdade. Teria também sido importante que D. Spender fornecesse mais detalhes, por exemplo, exemplificando e isolando situações específicas em que tal pudesse acontecer. Mesmo assim, acrescentamos que, até em situações muito concretas, o controlo do homem sobre a mulher pode acontecer em diferentes contextos sociais e não na linguagem.

Mais uma vez, o que está em questão são contextos sociais em que, reconhecido mais ou menos poder / direitos à mulher, a forma como os discursos são produzidos terão, obviamente, diferentes repercussões / interpretações no homem e na mulher. Novamente, as questões que se levantam são sociais e não linguísticas.

Julgamos, então, oportuno clarificar alguns pressupostos fundamentais para o estudo do Género. Em primeiro lugar, o Género é de raiz cultural, trata-se de um comportamento

socialmente adquirido e, portanto, depende da estrutura e papéis sociais interpretados pelo homem e pela mulher. Em segundo lugar, a análise da linguagem do homem e da mulher está, desde logo, falseada. Será correto considerar que existe linguagem exclusiva do homem ou da mulher? Penso que não, o que existe e que foi aqui aflorado foi o facto de um mesmo elemento linguístico ter diferentes usos e, conseqüentemente, diferentes efeitos / interpretações, quando usado por homens ou mulheres em diferentes contextos sociais, com diferentes papéis e até em diferentes circunstâncias - aquilo a que M. Talbot chama de "dinâmica da interação".

V. Fromkin e R. Rodman na sua obra *Introdução à Linguagem* (1983) afirmam que nem a língua nem as palavras nela utilizadas podem ser intrinsecamente boas ou más, esse é um julgamento das pessoas que as utilizam.

Uma palavra pode ter conotações positivas, enquanto outra com o mesmo significado linguístico pode ter conotações negativas.

Há mesmo casos em que a conotação da mesma palavra numa determinada região é positiva e noutra região a mesma palavra transforma-se, adquirindo conotações negativas.

As opiniões são unânimes quanto à influência que os pontos de vista e os valores da sociedade exercem sobre a linguagem que usamos.

Esta influência torna-se evidente se observarmos como a discriminação sexual existente na nossa sociedade se reflete na nossa linguagem. A língua, por si só, não pode ser sexualmente discriminatória, mas pode refletir atitudes machistas, feministas ou qualquer tipo de extremismo.

V. Fromkin e R. Rodman avançam exemplos concretos de situações em que a utilização da língua revela aquilo que muitos despreveriam como "discriminação linguística", mas que, na realidade, são palavras que traduzem atitudes e valores conservados ao longo de gerações. Se alguém disser: "*My cousin is a doctor, a lawyer, the Chancellor of the University, the President of the country (...)*", a maior parte das pessoas pensará que *the cousin* é um homem. Tal deve-se ao facto de, independentemente da língua inglesa, ao longo dos tempos estas profissões terem sido quase exclusivamente masculinas.

Por outro lado, se ouvirmos dizer: "*My cousin is a nurse, elementary school teacher, model, whore, prostitute*"; somos levados a pensar que *the cousin* é uma mulher.

Para evitar esta assunção, temos, pois, de recorrer a termos como *male nurse* se quisermos referir-nos a um profissional de enfermagem do sexo masculino, ou *lady doctor*,

career woman e *woman athlete*, se quisermos referir mulheres na medicina ou no atletismo, tratando-se de carreiras habitualmente associadas ao sexo masculino.

O linguísta Sol Saporta (1974), referido por V. Fromkin e R. Rodman (1983: 294), chamou a atenção para o facto de ser difícil compreender por que razão na frase "*My neighbour is a blonde*" se pressupõe que o falante se refere a uma mulher. Talvez seja por as mulheres serem muito frequentemente tratadas como objetos sexuais e daí, as suas características físicas assumirem, na nossa sociedade, maior importância do que as dos homens. Também os estudos que analisam a linguagem usada pelos homens, quando falam das mulheres, revelam termos de origem remota e que entraram na língua sem implicações pejorativas, embora tenham, gradualmente, adquirido conotações frequentemente depreciativas e sexuais.

Há uma grande quantidade de palavras que fazem referência a mulheres, todas elas de tom abusivo ou sexual, sem que, comparativamente, se verifique o mesmo volume de termos depreciativos referentes ao homem.

Um outro aspeto bem marcante da assimetria entre termos masculinos e femininos em muitas línguas é o facto de no par masculino / feminino ser o termo masculino que se revela não marcado e o termo feminino ser formado pelo acrescentamento de um morfema preso ou por um processo de composição, por exemplo:

Masculino	Feminino
Actor	Actress
Prior	Prioress

Mas a língua tem vindo a sofrer algumas modificações resultantes da tomada de consciência da discriminação sexual existente na sociedade. As mudanças na língua resultam das mudanças na sociedade. A língua não é responsável pela discriminação sexual, apenas a reflete.

As obras *Rediscover Grammar*, (Crystal 2001) e *English Grammar for Learners*, (Forbes et alii 1993) apontam uma situação concreta, na língua inglesa, em que determinada realidade refletida através da linguagem acaba por despoletar reações diversas

que, por sua vez, não traduzem mais do que uma visão deturpada da ordem dos acontecimentos.

Concretamente, na língua inglesa, a generalidade dos nomes não tem marca de género, portanto, é o sexo da pessoa ou animal a que um pronome diz respeito que determina a opção entre os dois pronomes de terceira pessoa: *he* ou *she* / *him* ou *her* / *his* ou *her*. Assim decorre o processo, a linguagem serve os interesses e necessidades da realidade que, por seu turno, determina as regras na linguagem.

Exemplos:

- There is my teacher, he is English.
- The shop assistant was very nice, don't you like her?
- My neighbour has a new car, have you seen him?

Portanto, o pronome é fundamental para identificar o sexo da pessoa ou animal a que nos referimos.

Ainda as mesmas obras apontam alguns nomes de profissões, cujo género pode ser identificado através de palavras como *woman*, *female* ou *male*, por exemplo:

Nurse \Rightarrow *male nurse*; *doctor* \Leftrightarrow *woman doctor*; ou ainda do sufixo *-ess* para criar formas femininas: *manager(ess)*, *author(ess)*, *prince(ss)*.

No entanto, estas formas poderão, dependendo de fatores diversos, tais como o contexto, a interpretação e outros sentidos que as palavras vão adquirindo, transmitir um sentido pejorativo, neste caso, no inglês corrente.

Ou seja, em determinadas situações, a especificação, por exemplo, do sexo de um profissional pode levar a interpretações discriminatórias. Consideremos o exemplo *manageress*: a escolha da forma marcada do feminino, em vez de *manager*, pode, de acordo com algumas opiniões mais radicais, indicar uma intenção de discriminar, porque especifica sem uma razão declarada; em alternativa, esta mesma especificação do sexo pode ainda, em contexto próprio, transmitir a ideia de que sendo um profissional do sexo feminino, o seu trabalho pode não ser equiparável ao de um profissional do sexo masculino e, portanto, alvo de crítica desfavorável.

A partir dos anos 60, os defensores da igualdade sexual na linguagem concentraram a sua atenção na predominância das formas masculinas na linguagem e, mais concretamente, no uso de formas masculinas de terceira pessoa para referir um grupo indiscriminado de pessoas ou um grupo que compreendia elementos do sexo masculino e feminino.

Talvez numa tentativa de apaziguamento, encontrou-se parte da solução, de acordo com a qual passaria a ser possível usar o sufixo *-person: spokesperson, chairperson*, para evitar a designação do sexo da pessoa que desempenha determinada profissão.

Aquela situação continuou, no entanto, a gerar um mal-estar que, por sua vez, terá levado à procura de alternativas. Não é simples encontrar formas que substituam aquelas que evidenciam a predominância do masculino. As alternativas poderão obrigar mesmo a repensar a estrutura da frase:

- Mudança da construção para o plural, embora esta solução levante problemas sempre que se trate dos pronomes que não especificam o género:

*New students will find **they** have a lot to do.*

*I went to a friend's house, but **they** weren't there.*

- Recurso simultâneo a ambos os pronomes de terceira pessoa:

*Each applicant has to sign **his** or **her** name.*

- Criação de um novo pronome de terceira pessoa neutro:

***S/he** can apply for a grant.*

Esta última sugestão embora útil, só tem aplicação na linguagem escrita, acabando assim por gerar um outro problema: como representar esta situação na linguagem oral?

Por último, como já tivemos oportunidade de dizer, a linguagem tem um papel fundamental na sociedade, ajudando quer na mudança, quer na perpetuação de papéis, mas não pode ser vista como responsável pela desigualdade entre homem e mulher. Acusar a linguagem de causadora de desigualdades é apenas desviar o foco das atenções e evitar questões muito mais complexas e difíceis de mudar como são as divisões sociais.

Capítulo 3

Diversos Autores, um Percorso Comum: o Protagonismo do Masculino

Através de um simples relato de uma história com maior ou menor grau de veracidade, pode observar-se a figura masculina e a figura feminina assumirem orientações bem diversas no seu discurso, seja no relato conjunto de uma história ou quando estão a fazer o relato de um episódio vivido por ambos. Globalmente, em relação ao relato de uma qualquer história, o que se pode observar é que a figura masculina procura evidenciar-se a si própria e às suas capacidades, enquanto a figura feminina revela preocupação com as normas sociais e com o seu semelhante.

Talbot (2010) exemplifica como uma família reunida à mesa, em duas sociedades distintas, americana e israelita, com intervenientes que desempenham diferentes papéis, com diferentes objetivos, evidencia comportamentos muito diferentes e perpetuam esses mesmos comportamentos, passando-os à geração seguinte.

A figura paterna assume, nos exemplos apresentados, o papel de líder com, por assim dizer, plenos poderes para interpelar, julgar e criticar o discurso da figura materna ou da criança. Por sua vez, a figura materna mostra um certo grau de submissão na medida em que aceita e, por vezes, até contribui ela própria para que assim seja e, portanto, também perpetua o papel de destaque da figura masculina. Isto em relação às famílias americanas observadas. Nas famílias israelitas, o padrão observado é diferente, destacando-se o facto de não haver tanta pressão para que as crianças falem, assumindo um tipo de discurso e expondo-se às críticas dos interlocutores.

Pensamos que em ambas as situações, figura feminina e figura masculina assumem comportamentos bem distintos, evidenciados através da forma como interiorizam, analisam, interpretam, reproduzem e reagem a determinado estímulo linguístico. Já no segundo cenário, embora o tipo de interação seja diferente, dadas as circunstâncias, o discurso também reflete a distribuição de papéis / hierarquia dos membros da família. No entanto, não convém generalizar, dado que, como vimos anteriormente, é fundamental ter em atenção todo o conjunto de especificidades de cada cultura, o grau académico e cultural dos intervenientes, e o contexto em que é recolhida a informação, sem esquecer de avaliar a representatividade do volume de informação recolhido.

A conversação foi um género, em particular, explorado por M. Talbot. Ainda que informal, este género é bastante revelador dos diferentes tipos de interação entre homem e mulher, em circunstâncias e contextos distintos. Através das pesquisas aqui descritas podemos ver também as falhas na comunicação entre homem e mulher e as diferentes estratégias usadas por ambos os sexos para atingir ou, pelo contrário, impedir determinado objetivo.

Isolando a conversação como um género distinto, pretende-se, na nossa opinião, estabelecer determinado cenário, isto é, sob certas condicionantes, como se comportam os indivíduos em questão. Nesta situação em concreto, M. Talbot caracteriza a conversação não tanto pelo conteúdo, mas pelo objetivo: "What all conversation is about is keeping the channel of communication open (known as the *phatic* function of language). It is the vital social glue that keeps relationships going." (Talbot 2010: 75)

Já Deborah Jones (1990), referida por M. Talbot, relativamente ao mesmo género, a conversação, mas entre interlocutores do mesmo sexo, valoriza o conteúdo das conversas entre pessoas do sexo feminino e defende que as mesmas se subdividem em quatro tipos diferentes, dependendo do seu conteúdo. Globalmente, esta autora vê a conversa feminina como uma linguagem de intimidade que permite uma partilha de experiências, vistas como exclusivas do sexo feminino. No entanto, M. Talbot diz que existem pesquisas, por exemplo, (Johnson e Finlay 1997) que revelam que, afinal, os homens também mantêm o estilo de conversação que é normalmente tido como exclusivamente feminino, a "cuscovelhice", definida como "falar maliciosamente de pessoas, na sua ausência".

De notar as circunstâncias em que, normalmente, ocorre a troca de mensagens entre os interlocutores, assim como as condicionantes que interferem: hierarquias sociais e profissionais e a quantidade de tempo ocupada pelo discurso de cada um dos interlocutores. M. Talbot destaca também a dificuldade em separar o domínio público do privado, em que podem ocorrer as conversas ou, até mesmo, em definir se o grau de intimidade entre interlocutores será um fator imprescindível.

Pamela Fishman (1983, 1998), referida ainda por M. Talbot, levou a cabo uma pesquisa sobre o comportamento de ambos os sexos, ao longo de conversas privadas, entre casais americanos, brancos, heterossexuais e descritos como integrados na classe média.

São bastante interessantes e reveladoras as conclusões a que esta estudiosa chegou. O panorama parece refletir de perto o que se passa no mundo do trabalho, a hierarquia é

semelhante: as mulheres fazem o trabalho de fundo, mas não são elas que controlam o processo ou beneficiam dele.

As mulheres fazem o triplo das perguntas, procurando afincadamente manter a conversa, recorrendo a estratégias tais como, por exemplo, demonstrar curiosidade e / ou interesse pelos assuntos do homem. A investigadora verificou que homem e mulher utilizam a mesma estratégia, mas com finalidades diferentes: a resposta curta é usada pelo homem para evitar responder, ou para encurtar a conversação, revelando-se não cooperante, enquanto a mulher usa esse mesmo tipo de resposta para fornecer feedback que visa atrair a atenção, apoiar e contribuir para o desenvolvimento da conversa. De salientar é também o conteúdo da conversa, enquanto as propostas de tema feitas pelos homens tiveram êxito, graças à cooperação das mulheres, as propostas de tema das mulheres poucas vezes ou nenhuma chegaram a ter aceitação.

P. Fishman conclui que, tal como no mundo do trabalho, à mulher é, por assim dizer, atribuída uma função sem visibilidade. No fundo, o que autora pretende dizer é que, numa conversa, a distribuição de papéis ao homem e à mulher não difere muito da distribuição no quotidiano, podendo mesmo dizer-se que, inevitavelmente, a última é o reflexo da primeira.

Victoria DeFrancisco (1991), igualmente referida em M. Talbot, desenvolveu um estudo, ainda que um pouco mais alargado, de carácter semelhante, cujas conclusões não divergiram do estudo de P. Fishman.

Capítulo 4

Estratégias do Discurso

Desde o início que o conceito de sociolinguística tem vindo a sofrer alguns ajustamentos. Tornou-se mais abrangente, olhando muito para além das variações sociais presentes na gramática e na fonologia. A sociolinguística tem agora de operar com variações linguísticas sim, mas tendo em conta uma diversidade de fatores que interferem nas referidas variações, e sem as quais estaríamos a desvirtuar a realidade.

A competência comunicativa é um conceito fundamental que marca o renascer do interesse pelo estudo da linguagem no seu contexto mais amplo e, de acordo com Coates (2004), que foi usado pela primeira vez por Dell Hymes (1972). Segundo este autor, era imprescindível incluir diversos fatores sociais e culturais numa descrição linguística.

Hymes recupera a noção chomskiana de que a criança interioriza um conjunto de regras que lhe permitem produzir uma frase gramaticalmente correta, mas afirma que, para além disto, a criança adquire também um sentido do que é, ou não, apropriado. Para além da competência linguística, a criança precisa de interiorizar qual o momento certo de falar ou, pelo contrário, de permanecer em silêncio, sobre o que falar e como falar em diferentes circunstâncias para poder integrar-se na sociedade. Caso contrário, será considerada incompetente do ponto de vista comunicativo, e, possivelmente, tenderá a ser socialmente excluída.

É precisamente esta competência comunicativa que, à luz de estudos recentes, tem vindo a confirmar-se diferente nos homens e nas mulheres. Concretiza-se de diferentes formas, isto é, homem e mulher têm diferentes perceções do que é, por exemplo, um elogio ou um pedido de desculpas, como e quando deve ser aplicado. Coates aponta o exemplo de Maltz e Borker (1982) de entre os estudiosos para quem estas perceções diferentes tomam o nome de diferentes estilos de conversação: o feminino e o masculino.

Em muitas culturas, as diferenças de género na competência comunicativa tornaram-se mitos ou esterótipos que os estudos mais recentes têm vindo a fazer desmoronar. Em vez disso, procura-se demonstrar que, na realidade, os falantes de ambos os sexos apenas diferem no uso que fazem de determinadas estratégias de conversação.

4.1 - A Delicadeza

Um outro mito generalizado sobre as mulheres afirma que estas são formalmente mais delicadas do que os homens. Para o confirmar, é fundamental saber o que se entende por delicadeza e como está representada nas diversas sociedades.

Na Grã-Bretanha, a delicadeza traduz-se em satisfazer as necessidades da expressão dos outros, ao mesmo tempo que protegemos a nossa e, linguisticamente, tal pode cumprir-se de várias formas.

Citados em R. Faria (2009), Sifianou (1992:200) e Lakoff (1989:102) definem o fenómeno da delicadeza linguística de forma bem esclarecedora: "*the most basic ingredient of successful interpersonal communication*", segundo Sifianou e "*a means of minimizing confrontation in discourse*", de acordo com Lakoff.

Na sua investigação, R. Faria baseou-se no trabalho de Brown e Levinson (1987; 1978) para o estudo do fenómeno da Delicadeza Linguística também na língua portuguesa, segundo aquela o de maior relevo, na medida em que perspetiva a delicadeza como fenómeno universal, é aplicável às línguas do mundo e descreve as estratégias de delicadeza válidas para todas as línguas do mundo.

Como definição de cariz técnico, Brown e Levinson (1987) explicam a delicadeza linguística como um desvio das máximas conversacionais de Grice, sempre que os falantes tenham necessidade de desrespeitar o Princípio de Cooperação, para criar e manter a eficiência comunicativa.

O modelo de Brown e Levinson distingue também dois tipos fundamentais de delicadeza linguística: a delicadeza negativa (caracterizada pela tentativa de não imposição face à liberdade de ação dos restantes participantes) e a delicadeza positiva (caracterizada pela tentativa, por parte do locutor, de demonstrar que ele e o(s) restante(s) participante(s) partilham dos mesmos desejos e dos mesmos objetivos). A par desta distinção, está também a premissa de que qualquer falante de uma língua tem uma imagem pública que quer preservar, a qual se divide em duas vertentes: a face negativa (o desejo de liberdade e não imposição) e a face positiva (o desejo de obter a aprovação dos restantes participantes relativamente à sua imagem pública). Através da linguagem, a delicadeza procura manter intactas estas duas vertentes que constituem a face do locutor. A delicadeza linguística que visa preservar a liberdade de ação do locutor designa-se por delicadeza negativa e a delicadeza que aproxima o locutor do alocutário designa-se por delicadeza positiva. É esta

diferença que permite descrever a delicadeza linguística nas diversas línguas do mundo, bem como inúmeras subestratégias para abranger outras modalidades linguísticas de expressão de delicadeza.

Na língua portuguesa, este trabalho é inovador, na medida em que se constitui como o primeiro dedicado ao estudo da Delicadeza linguística em português.

Relativamente à língua inglesa, já bastante documentada quanto a este tema, Brown e Levinson (1987) afirmam que nesta se usa com mais frequência a delicadeza negativa, em que se destaca a variável da distância social que determina também a opção de subestratégias linguísticas de não imposição.

Não obstante a coerência e abrangência do modelo de Brown e Levinson aqui citadas, R. Faria (2009) sugere uma abordagem alternativa, segundo a qual o estudo da Delicadeza se poderá associar à Teoria da Relevância.

Será então uma perspectiva inovadora que permite um olhar diferente sobre o fenómeno da delicadeza. Assim, à luz daquela teoria, procura-se apurar o grau de relevância da delicadeza linguística, de forma a que numa interação, esta produza um efeito contextual, alterando o contexto cognitivo do alocutário. Caso assim não aconteça, a delicadeza torna-se irrelevante.

Nesta mesma linha de pensamento, R. Faria cita Locher e Watts (2005) que estabelecem uma distinção fundamental entre comportamento delicado e comportamento próprio. Este último refere-se a um comportamento neutro em que o falante apenas cumpre as exigências verbais ditadas pela interação.

Também para Locher e Watts (2005), a delicadeza é uma das funções da interação que, por seu turno, pode ter diversas funções comunicativas: insultos, ameaças, brincadeiras, afetos, elogios, entre outras.

O comportamento indelicado e o comportamento meramente neutro são outras das possíveis funções do trabalho relacional.

Em suma, ao encarar-se a delicadeza como uma das funções do trabalho relacional e, este último como não sendo necessariamente cooperativo, pode afirmar-se que o fenómeno da delicadeza linguística se liberta, por assim dizer, da dependência do Princípio de Cooperação.

No entanto, esta abordagem tem algumas desvantagens, nomeadamente nas dificuldades que se levantam para estudar e analisar de forma sistemática as ocorrências de delicadeza.

Assim, visto não se verificar incompatibilidade, a opção da autora pelo modelo de Brown e Levinson apresenta-se como a mais útil para estudar, analisar e sistematizar as conclusões do estudo.

Importa destacar as variáveis sociológicas poder, distância social e peso cultural da imposição do ato de fala (P, D e R, respetivamente) como determinantes das opções feitas pelos falantes. A ter em conta também a importância fundamental da cultura específica em que as variáveis se aplicam ao discurso.

R. Faria chama a atenção para um bom exemplo fornecido por Brown (1998) de uma pesquisa transcultural que possa testar a veracidade da afirmação segundo a qual as mulheres são mais delicadas que os homens. Trata-se de um estudo sobre a linguagem dos homens e das mulheres numa comunidade Maia, no México. Segundo Brown, o nível de delicadeza apropriado a determinada interação depende do tipo de relação entre os participantes. Ou seja, os marcadores linguísticos são também um bom indicador das relações sociais. Se cremos que as mulheres usam mais formas de delicadeza, relativamente aos homens, que poderá isso significar?

Na linguagem falada pelos Maias, existe um conjunto de partículas que servem para amenizar ou, pelo contrário, reforçar o impacto do que se diz. No fundo, em todas as línguas se pode enfatizar o discurso através da delicadeza positiva ou *hedge* o discurso através da delicadeza negativa.

Num outro estudo realizado por Brown, confirmou-se que, nas conversas entre mulheres, estas usam mais locuções de delicadeza (no seu todo, de ambos os tipos) do que os homens, nas conversas entre elementos do mesmo sexo. Por exemplo, a substituição de termos que possam parecer mais impositivos por outros que transmitam a ideia de maior liberdade de decisão: em vez do imperativo: *experimenta uma saia de outra cor!*; *sugiro que experimentes uma saia de outra cor!*, *Porque não experimentar uma saia de outra cor?*

Ainda de acordo com R. Faria, Brown chegou também à conclusão de que mulheres e homens fazem um uso sistematicamente diferente destas locuções. As mulheres parecem estar atentas à possibilidade de o seu discurso poder vir a ameaçar a expressão dos que as

ouvem. É esta atenção que torna o discurso feminino, se não único, pelo menos diferente. Mais ainda, discurso feminino e discurso masculino assumem identidades distintas pelo uso, também ele diferente, que fazem das referidas locuções.

De acordo com M. Talbot, Holmes (1995) confirma o que diz Brown. No seu estudo sobre a população da Nova Zelândia, confirma que as mulheres se revelam mais vocacionadas para os conteúdos afetivos e interpessoais do que os homens (1995: 193), enquanto os homens se concentram mais nas funções referenciais da conversa.

Apesar disto, Holmes mostra-se preocupada com a desvalorização da preocupação feminina com a delicadeza na esfera pública (1995: 197). Segundo esta autora, os padrões de delicadeza femininos poderiam ser extremamente úteis em diversos contextos públicos, tais como o local de trabalho e/ou a sala de aula. O problema reside no facto de o discurso feminino ser visto como débil ou pouco efetivo.

M. Talbot acrescenta ainda outro recurso possível na interação entre homens e mulheres: a Delicadeza, que a referida autora considera: "...both positive and negative kinds of politeness make up the vital social lubricants that keep people talking" (Talbot 2010: 84). A utilização que homens e mulheres fazem, ou não, desta estratégia é outro traço que os distingue.

Antes de mais, há que distinguir dois tipos de delicadeza: a que tem por finalidade regimentar o convívio em sociedade e aquela que se focaliza na capacidade de as pessoas se apresentarem ao convívio em sociedade com mais e maior abertura e simpatia para com o seu semelhante, facilitando assim, a interação.

Janet Holmes é a autora de um estudo sobre a forma como homem e mulher fazem uso dos recursos de delicadeza, quer a delicadeza que consiste num conjunto de regras para conviver em sociedade, quer a delicadeza que recorre a outras estratégias, não só para permitir, como também para incrementar a interação em sociedade.

É interessantíssimo verificar como, por um lado, as mulheres diversificam muito as intervenções para intensificar ou enfraquecer o impacto de determinada afirmação, evitar parecer demasiado perentório ou até arrogante, procurando sempre delimitar a intervenção.

Há um grande número de estudos que revelam que o homem recorre menos às estratégias de delicadeza nas mais diversas situações. Esta ideia é constatável, por sua vez, em diferentes culturas e respetivas línguas. Poderemos inferir então que o homem é

comparativamente menos delicado, ou, tal como há pouco referimos, o conceito e respetiva aplicação de delicadeza no masculino são distintos do seu equivalente feminino?

4.2 - As Tags

Coates diz que Lakoff (1975) considerou as *tag questions* como uma das formas de experimentalismo, embora, tal como muitos outros que corroboram esta teoria, não tenha apresentado qualquer tipo de prova que servisse de suporte à teoria de que as mulheres recorrem mais a esta estratégia, comparativamente com os homens. A mesma autora afirma também que as *tags* diminuem o impacto das afirmações, mas não apresenta provas para o que afirma.

Um outro trabalho de Dubois e Crouch (1975), indicado por Coates (2004), usou como material de estudo a parte final da discussão que se seguiu a algumas conferências. Destas foram extraídos exemplos de *tag questions* formais bem como informais e todas elas foram produzidas por homens.

Para contraste com estas constatações, Coates refere-se a Preisler (1986) cujo estudo afirma que as *tag questions*, combinadas com outras estratégias linguísticas, são usadas em número significativamente maior pelas mulheres, comparativamente com os homens.

Felizmente, o panorama foi renovado quando, de acordo com Coates (2004), em 1984, Holmes agrupa as *tag questions* em dois grandes grupos, de acordo com a sua função: as que exprimem um significado genericamente modal e as que exprimem um significado mais estritamente afetivo.

As primeiras assinalam o grau de certeza do falante relativamente ao que diz, destinam-se a obter do interlocutor a confirmação do que afirma e, por isso, podem considerar-se *speaker oriented*.

As segundas podem considerar-se *addressee oriented*, porque revelam, por parte do falante, uma atitude de apoio ao interlocutor ou, ainda, amenizam o impacto causado pela carga negativa do discurso, - facilitam o discurso e todas as circunstâncias em que este se contextualiza.

Quantitativamente falando, não há diferença significativa entre homens e mulheres. Tomando muito a sério a relação entre os participantes na interação, tudo indica que os facilitadores no discurso usam mais frequentemente as *tags* do que os não facilitadores. Para Holmes, facilitador significa aquele que tem a responsabilidade de garantir que a

interação decorre sem causar impacto negativo em nenhum dos intervenientes. Mais ainda, as mulheres revelam maior probabilidade do que os homens de usar as *tags* quando interagem no papel de facilitadoras.

Na mesma linha de pensamento, Coates (2004) dá exemplo de outro estudo, da autoria de Cameron, MacAlinden e O'Leary (1989) que vai ao encontro das conclusões de Holmes (1984), mas acrescenta novos dados. Desta feita, no discurso entre falantes com *status* diferente, aquelas autoras constataram que os participantes que não têm uma posição de poder nunca usam *tags* de carácter afetivo. A informação recolhida indica que as *tags* afetivas estão associadas a falantes em posições detentoras de poder. Nesta altura, a convicção de Lakoff de que as *tags* são intrinsecamente reveladoras de fragilidade fica seriamente comprometida.

4.3 - Formas Perentórias e Não Perentórias

Podemos definir uma instrução como um ato do discurso em que se explica a alguém o que fazer, ou como proceder, em determinadas circunstâncias. A definição de ordem difere desta na medida em que o emissor tem ou exerce algum tipo de ascendência sobre o recetor, pelo que este último sentirá mais a obrigatoriedade de cumprir o que lhe é dito. Goodwin (1980, 1990, 1998), já anteriormente citado por Coates, observou um grupo de rapazes e raparigas a brincar na rua e verificou que os rapazes usam mais as formas perentórias, sendo, portanto, mais notória a intenção de influenciar a ação dos seus parceiros, procurando impor a sua vontade, tentando estratificar ou exercer alguma autoridade sobre os membros do grupo.

Por seu turno, as raparigas recorrem às formas menos perentórias, sugerindo ou propondo que se aceite determinada tarefa, através de formas como por exemplo "vamos...", ou através dos modais de maneira a que uma exigência possa parecer também uma sugestão: "podias...".

Através do que acabamos de expor, Goodwin faz uma chamada de atenção fundamental: as formas linguísticas usadas reproduzem e refletem a organização social do grupo: o grupo dos rapazes está organizado hierarquicamente, e os líderes exibem o controlo através das formas perentórias que escolhem de forma bem explícita, enquanto a organização do grupo das raparigas revela o contrário e todos os membros parecem participar de forma igual na tomada de decisão.

Ao encontro desta ideia, Coates refere que Eagle (1980), através de um estudo da linguagem dos pais quando brincam com os filhos, demonstrou que os pais revelam tendência para se mostrarem mais assertivos, sendo esta tendência ainda mais vincada quando se dirigem aos filhos do sexo masculino, enquanto as mães auscultam formalmente os desejos dos filhos.

Novamente, são claras as diferenças na organização social, visíveis através das diferenças linguísticas. As mães utilizam os momentos de interação para ajudar os filhos a aprender a fazer as suas escolhas, enquanto os pais demonstraram menos preocupação com os desejos do filho.

Na mesma linha de pensamento, Coates dá o exemplo de West (1998a) que se concentrou nas conversas entre médicos do sexo masculino e do sexo feminino para com os seus pacientes.

Tal como Goodwin, West (1998a) constatou que os médicos do sexo masculino dão preferência a formas agravadas, enquanto os médicos do sexo feminino dão preferência a formas veladas, apresentadas como sugestões ou propostas de uma ação em conjunto.

O complemento desta descoberta foi a constatação de que os pacientes reagem de forma bem distinta às instruções dadas pelas mulheres médicas e pelos homens médicos. Os índices de sucesso, medido através da ação / reação do paciente, revelaram que, globalmente, as mulheres tiveram um sucesso de 67%, enquanto os médicos do sexo masculino conseguiram 50%. Quanto mais agravada, "*face threatening*", for a instrução, menor será a probabilidade de que se venha a conseguir o comportamento desejado.

4.4 - Linguagem Tabu

Todos nós conhecemos o estereótipo segundo o qual se faz crer que os homens são os que mais recorrem à linguagem tabu. Há estudos que confirmam este estereótipo, mas não há provas de que, de facto, é assim que acontece.

Coates (2004) afirma que Gomm (1981) levou a cabo um estudo através do qual ficou patente que, no dia a dia, no relato de determinado episódio, os homens recorrem muito à linguagem tabu, enquanto as mulheres também a usam, mas substancialmente menos, isto para os relatos entre pessoas do mesmo sexo.

Quando os relatos são entre pessoas de ambos os sexos, o panorama altera-se: os relatos feitos pelos homens registam um acentuado decréscimo daquele tipo de linguagem, enquanto os relatos feitos por mulheres evidenciam um acentuado aumento.

Estas observações foram, segundo Coates, novamente testadas por outros estudos de Hudson (1992) e de Coates (2003) que, embora em pequena escala, vieram confirmar os resultados do primeiro acima referido.

No entanto, ainda que cientes destes resultados, Coates refere um estudo de Hughes (1992) que foca a atenção num contexto de mulheres trabalhadoras numa zona urbana desfavorecida. Verificou-se que estas não só usam frequentemente a linguagem tabu, como também a consideram parte integrante do seu vocabulário. Possivelmente, a explicação deste fenómeno prende-se, mais uma vez, com os diferentes comportamentos que, socialmente, são indissociáveis deste ou daquele sexo. Isto é: ainda que a sociedade associe a utilização da linguagem tabu ao homem, pode levar a que a mulher, ao assumir papéis normalmente masculinos, sinta necessidade de autenticar a sua função assumindo também a linguagem usada por aquele.

Portanto, o estereótipo de que as mulheres não usam este tipo de linguagem em circunstância alguma é falso. Novamente, o que se verifica é que utilizar este tipo de linguagem faz parte daquilo a que se associa como característica da masculinidade, por isso, o uso desta linguagem está fortemente associado ao masculino.

A propósito de um estudo sobre a conversa dos adolescentes, J. Coates refere Cheshire (1982) e o seu trabalho que aponta a linguagem tabu como sendo um dos mais representativos estandartes da identidade dos jovens, incluindo rapazes e raparigas. Nesta faixa etária, a linguagem tabu é um dos requisitos para ser *cool*.

Os jovens, particularmente os oriundos das classes mais desfavorecidas, para se integrarem e estarem na moda, consideram que uma das condições será o uso da linguagem tabu. Relativamente às raparigas com a mesma proveniência social, regra geral, entendem que também faz parte da sua afirmação pessoal, perante os membros do grupo, subverter as características associadas a cada um dos géneros, o que, neste caso se traduz na adoção de estratégias linguísticas tradicionalmente associadas ao sexo masculino.

Coates (2004: 98) refere Eder (1993), Eckert e McConnell-Ginet (1995) e ainda Pichler (2003) como exemplos de outros estudos que confirmam estas constatações.

4.5 - O Elogio

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, na Nova Zelândia e na Grã-Bretanha sugere que as mulheres fazem e recebem mais elogios do que os homens.

Mesmo assim, Holmes (1995: 127), citada por Coates, (2004: 99) afirma que os elogios são "...*remarkably formulaic speech acts. Most draw on a very narrow range of syntactic patterns*". Tanto os homens como as mulheres, na informação recolhida pela autora, usam a maioria destes padrões com um nível de frequência idêntico.

Herbert (1998), igualmente indicada por Coates (2004), afirma que os elogios podem ser analisados tendo por base o critério da pessoa que assume, ou não, a autoria do elogio. Este pode ainda ser integrado nas estratégias positivas de delicadeza, uma vez que procura agradar à pessoa a quem se dirige.

Herbert constatou que as mulheres preferem as formas mais personalizadas, enquanto os homens preferem as formas impessoais.

Os elogios entre mulheres são diferentes quer no tom, quer no tema, comparativamente com os elogios trocados entre os homens.

Interessante é também, segundo esta autora, a constatação de que as mulheres se elogiam umas às outras recorrendo a tópicos relacionados com a aparência, enquanto os homens dão preferência a temas como os seus bens ou as suas capacidades, e evitam o tema da aparência, considerando-o extremamente *face threatening*, por existirem muitos riscos de serem interpretados como homossexuais.

No entanto, a troca de elogios entre pessoas de sexo oposto também pode criar situações indesejáveis: o assédio sexual, quando se trata de uma mulher que recebe um elogio de um homem em ambiente de trabalho, por exemplo, ou constrangimento, quando um homem recebe um elogio do sexo oposto, ainda que seja em ambiente informal.

Globalmente, os elogios entre sexos opostos representam uma ameaça maior do que aqueles trocados entre elementos do mesmo sexo, e parecem representar mais constrangimento para os homens do que para as mulheres.

Entre a população inglesa, aceitar um elogio é considerado sinal de delicadeza; no entanto, nem sempre assim acontece. Coates refere, o exemplo, de Pomerantz (1978) que nos explica que o elogio coloca a pessoa a quem se dirige numa posição complexa por esta ter de gerir, em simultâneo, duas situações: aceitar o elogio, ao mesmo tempo que evita parecer autoconvencida.

Talvez também por esta razão, se tornou necessário estudar o tipo e a diversidade de reações ao elogio. Herbert (1998) verificou que apenas um terço das reações a um elogio poderia ser considerado como aceitação e, mesmo assim, por vezes havia indícios de que, mesmo aceitando, o destinatário não ficaria muito à vontade com a situação.

Quando os falantes estão em igualdade de circunstâncias, a não aceitação é comum, normalmente através de respostas que equivalem a uma mensagem, segundo a qual o destinatário diz que, mesmo reconhecendo a intenção do falante, prefere evitar a atitude de autoconvencimento e estabelecer a condição de igualdade entre os interlocutores. No entanto, é de salientar a descoberta de Herbert de que, na globalidade, os elogios feitos por mulheres têm tendência a não serem aceites, enquanto os elogios feitos por homens, em particular os dirigidos às mulheres, são, normalmente, aceites. Esta importante constatação sugere que, mesmo que haja igualdade entre tudo o resto, homem e mulher não são vistos em igualdade de circunstâncias. Quando duas pessoas não estão em igualdade de circunstâncias, então, o padrão é o seguinte: a pessoa com a posição mais elevada elogia e a pessoa com a posição menos elevada aceita o elogio. Segundo Coates (2004), esta interpretação poderá ajudar a compreender a descoberta de Holmes (1988a) de que as mulheres de estatuto mais elevado tinham quase duas vezes maior probabilidade de receber elogios relativamente aos homens de igual estatuto. Isto é, por serem mulheres e de estatuto elevado, ainda que em igualdade de circunstâncias com um grupo de homens, estas têm preferência sobre os homens e recebem mais elogios do que os homens. Nesta situação, o estatuto revela-se de menor importância do que o sexo.

Facilmente se compreende que o elogio é uma maneira simples de fazer com que o destinatário se sinta valorizado e apreciado. Mas, para além deste efeito imediato, M. Talbot destaca o facto de o elogio ter, mais uma vez, uma função afetiva, por oposição à referencial, normalmente mais usada pelos homens. Neste caso, o elogio permite também o apoio à conversa, favorecendo a proximidade entre os interlocutores.

No entanto, mais uma vez, importa não esquecer a contextualização: é imprescindível ter em conta a relação entre os falantes e o tipo de interação que mantêm, para avaliar melhor a forma como o elogio é recebido e interpretado.

Concretamente, uma das situações em que o elogio pode dar lugar a situações complicadas, para não dizer muito delicadas, é quando existe uma relação de poder entre os envolvidos, aquele que elogia e aquele que recebe o elogio. Se a referida relação de

poder for assimétrica, o elogio, muito provavelmente, dará lugar a interpretações além da mera expressão de valorização, aprovação ou de afetividade.

M. Talbot avança a possibilidade de que os homens com sensibilidade ao poder e às relações complicadas a que a gestão deste dá origem, venham a interpretá-lo ou senti-lo como uma ameaça - então esta poderia muito bem ser a justificativa para os homens, por um lado, usarem tão pouco o elogio e, por outro, o recearem tanto.

Uma outra variante a ter em conta no contexto em que o elogio é usado é o grau de intimidade entre quem endereça e quem recebe o elogio. Caso o grau de à-vontade não seja suficiente, mais uma vez o elogio pode ser interpretado como ameaça. Por último, sabemos também que o contexto cultural em que ocorre o episódio em análise também é determinante na forma como, neste caso, o elogio é interpretado.

Outra autora de destaque, referida diversas vezes por Coates (2004), que conduziu um estudo sobre o elogio foi Janet Holmes (1995) e o resultado das suas observações vêm, de alguma forma, consolidar algumas das conclusões anteriores.

Assim: a maior quantidade de elogios ocorre entre mulheres; e entre pessoas consideradas como pertencentes ao mesmo estatuto social, e, sempre que se regista entre pessoas com relações de poder assimétricas, o elogio parte, na maioria das vezes, da pessoa com mais poder.

Relativamente ao tema do elogio, os mais usados foram aparência, capacidade, bens materiais e personalidade.

Quanto às reações / respostas aos elogios, dividem-se em três tipos de reações: aceitação, rejeição ou evasão, distribuídas de forma mais ou menos regular entre homens e mulheres, a diferença surge na(s) estratégia(s) usada(s) para o fazer, mais uma vez diferenças assinaladas entre os géneros. Enquanto as mulheres discordaram, questionaram e desafiaram o emissor, os homens recorreram mais à tática de ignorar o elogio e mudar de assunto.

M. Talbot contrasta com uma pesquisa realizada na cultura da Malásia e onde os resultados foram, obviamente, diferentes, muito previsivelmente devido a características estruturantes da cultura malaica.

A questão de fundo é, afinal, perceber se homens e mulheres terão o mesmo conceito de "*promover ou desenvolver a amizade*". Parece que não. Se entre as mulheres o elogio

pode resultar como estratégia para consolidar a amizade, entre os homens o insulto parece ser a técnica preferida para cimentar uma amizade.

4.6 - Escolha da Língua

Prosseguindo a análise da competência comunicativa, veremos em seguida a competência de mudança de linguagem, as escolhas e o gênero.

Se os falantes são bi- ou multilíngues, a escolha da língua pode ter um papel crucial na construção das identidades de gênero.

Joan Pujolar (1997) e Susan Gal (1979, 1998), respetivamente, são as autoras de dois dos trabalhos citados por Coates (2004) que nos fornecem um visão mais clara e abrangente deste tema.

Joan Pujolar dá um exemplo concreto na sua investigação sobre a escolha de linguagem na Catalunha pós General Franco. Durante a ditadura de Franco a língua catalã foi proibida. Mas, desde a sua morte, a língua tem vindo a ser recuperada através de medidas como, por exemplo, a sua reintrodução nas escolas como possível opção de estudo.

Pujolar observou que os rapazes de idades compreendidas entre 17 e 23, pertencentes à classe trabalhadora e que habitavam na grande Barcelona, faziam a escolha entre castelhano e catalão com base na imagem que tinham deles próprios como homens. Para alguns, o monolingualismo castelhano representava a verdadeira masculinidade. Enquanto o catalão era visto como inautêntico, não espontâneo e contrário à masculinidade - oposto à imagem que os homens querem transmitir.

Um outro grupo optou por desenvolver esforços para reverter a situação. Optaram por falar castelhano e catalão, também para assinalar o seu apoio à autodeterminação da Catalunha. Esta pesquisa demonstra o poder da ligação entre gênero e linguagem. Para alguns, o bilinguismo chegou a ser sinónimo de femininismo.

Susan Gal investigou a mudança de linguagem na cidade bilingue de Oberwart no leste da Áustria. Esta cidade foi parte integrante da Hungria até 1921. Ali se verificou uma alternância entre o alemão e o austríaco, até se ter optado pelo alemão. Desde a segunda guerra mundial que as conotações das duas línguas têm sofrido alterações. Até 1921, a língua nacional, o austríaco, tinha um grande prestígio por ser a língua dos intelectuais e das classes mais elevadas, enquanto o alemão era a língua dos estrangeiros, estando

associada aos comerciantes e pessoas de outras localidades. Hoje em dia é o austríaco que está associado às classes sociais mais desfavorecidas, ao mesmo tempo que o conhecimento do alemão se tornou numa necessidade para quem procura trabalho fora da sua terra.

Susan Gal conduziu um inquérito para estabelecer padrões de uso da língua, tendo chegado à conclusão de que a mudança do austríaco para o alemão é liderada pelas mulheres mais jovens. Este grupo apresenta um padrão completamente distinto dos restantes. Não só dão preferência ao alemão relativamente ao austríaco, como também a escolha da língua que usam é influenciada pela origem rural, tal como se verificou noutros grupos.

Ainda a mesma autora revela que a rejeição feita por estas mulheres relativamente ao austríaco simboliza a rejeição da vida rural: tendo conhecimento da dureza da vida no campo, através da observação das mães e das avós, optam por não estabelecer laços de casamento com camponeses, e esta escolha reflete-se na escolha da linguagem. Ironicamente, esta situação leva a que os jovens camponeses se casem com raparigas de outras localidades, raparigas estas que, normalmente, falam exclusivamente alemão. Portanto, a opção de vida feita pelas raparigas de Oberwart tem consequências diretas e indiretas na mudança do austríaco para o alemão.

Como temos vindo a constatar, há imensos contrastes entre homem e mulher no que diz respeito ao estilo de interação que adotam. As expectativas que mantêm relativamente a uma conversa são bem diferentes num e noutro.

Na maior parte das vezes, para as mulheres as conversas servem para partilhar dificuldades, estabelecer e consolidar relações de amizade, enfatizar o que há de comum entre elas. Estas ignoram totalmente qualquer hierarquia e procuram a solidariedade. Entre os homens é bem diferente. Poderemos encontrar competição, negociação pela manutenção do *status*, exibicionismo, tentativa de atrair as atenções, piadas e relatos de episódios e / ou a transmissão de informação.

Em ambiente doméstico, especificamente, as duas perspetivas chocam-se infalivelmente. Ainda segundo D. Tannen, para os homens, em casa não há pelo que competir e a alternativa é o silêncio, reação esta que provoca, necessariamente, o descontentamento das mulheres que procuram a partilha e a solidariedade quando mantêm conversas domésticas.

Confirmados os dois estilos diferentes de interação, ambos necessitam de muito investimento pessoal para que o objetivo seja atingido.

Apesar de confirmados os estilos diferentes do homem e da mulher, não convém simplificar demasiado, dado que estas dicotomias contrastam muito com a pluralidade de funções presentes na linguagem.

O problema parece estar então, mais uma vez, nos papéis "interpretados" pelo homem e pela mulher na sociedade e que parecem indissociáveis dos respetivos intérpretes.

No mundo do trabalho, a mulher acusada de demasiada brandura de atitude dificilmente encontrará solução adotando uma atitude mais agressiva. Se for este o caso, correrá então o sério risco de ser acusada de masculina e de ser mal interpretada. Por outro lado, o padrão de conversa habitualmente associado às mulheres revela-se eficaz em determinadas situações que permitem um tom de análise e desenvolvimento de qualquer que seja o tema.

Deveria ser permitido trocar o estilo de interação sem estar sujeito a escrutínio e forte crítica social.

Capítulo 5

Domínio ou Diferença

É imprescindível ter noção da forma como se organiza uma conversa, conhecer algumas das normas do comportamento conversacional, para que possamos entender melhor o que se pretende com a expressão "dominar uma conversa".

5.1 - Estratégias de Não Cooperação

As interrupções e as intervenções demasiado longas são estratégias de não cooperação já conhecidas. No entanto, envolvem participação ativa do falante. Outra das estratégias de não cooperação consiste em revelar falta de interesse e falta de envolvimento na conversa em contextos do domínio privado, em contextos em que ser visto a participar numa conversa não revela a importância do falante.

P. Fishman (1980a), referida a propósito das interrogativas, gravou conversas diárias entre três jovens casais americanos e constatou que as mulheres usam a expressão *you know* cinco vezes mais do que os homens. Através de exemplos recolhidos nestas conversas, podemos confirmar que a referida expressão revela o mau funcionamento da conversa, no que diz respeito à alternância de falante que, neste caso, não ocorre porque o homem não participa na conversa. O uso da expressão *you know* evidencia o trabalho que a mulher tem de desenvolver para manter uma conversa. Por outras palavras, esta expressão é mais usada pelas mulheres, porque são os homens que não correspondem ao decurso natural / normal de uma conversa. Diga-se ainda que, mesmo nos casos em que P. Fishman encontrou os homens a usar esta expressão, o objetivo era o mesmo das mulheres: manter a conversa a fluir.

Para concretizar o raciocínio, Coates (2004) indica um estudo de Vitoria DeFrancisco (1998), ainda mais abrangente, em que esta chegou à conclusão de que as mulheres se esforçam muito mais do que os homens para manter as conversas, embora a taxa de sucesso nesta tarefa seja muito baixa e desproporcional ao esforço. DeFrancisco acrescenta que, embora no seu estudo as mulheres falem mais do que os homens e introduzam mais temas, este facto não se traduz no domínio feminino das conversas. No que diz respeito à introdução de tópicos de conversa, as mulheres têm muito menos sucesso do que os homens, os homens são responsáveis por um maior número de violações

da vez de intervir. A ausência e o adiamento de respostas são as duas principais estratégias utilizadas pelos homens para demonstrar a sua falta de envolvimento na conversa em curso, frequentemente em interação doméstica. Acima de tudo, DeFrancisco destaca o facto de as estratégias masculinas lhes permitirem controlar a interação.

Coates (2004) diz ainda que Sattel (1983) corrobora estas conclusões e acrescenta que a ausência de resposta ou o silêncio são estratégias frequentemente usadas pelos homens, quando tentam assumir o controlo. Segundo Sattel, estas estratégias constituem o método para conseguir o controlo da interação quer em conversas com elementos de ambos os sexos, quer entre elementos do mesmo sexo.

Na Internet, a falta de resposta também é usada como estratégia dos homens. Por isso, Coates (2004) refere o episódio de uma discussão que decorreu *online*, sobre literatura masculina analisada por Herring, Johnson e DiBenedetto (1998). Esta gerou reclamações por parte das mulheres, tendo uma delas, inclusive, chegado a manifestar o seu descontentamento: enquanto as mensagens masculinas obtiveram, em média 100% de respostas, as femininas obtiveram apenas 64 % de respostas.

5.2 - O Silêncio como Símbolo de Poder ou da sua Ausência

O silêncio é, frequentemente, o resultado da violação das regras da interação. Os falantes ficam, normalmente, silenciosos após uma interrupção, ou então quando um dos participantes intervém durante demasiado tempo. Por outras palavras, o silêncio é um dos sinais de que a conversa não decorreu normalmente.

Zimmerman e West (1975), por nós referido a propósito das interrupções, recolheram informação que lhes permitiu inferir que o silêncio pode também ser consequência de respostas curtas fornecidas após o *timing* expectável. As respostas do tipo *mhm* e *yeah* podem ser um método de assinalar, junto do ouvinte, a atenção efetiva ao seu discurso.

No entanto, Zimmerman e West (1975) também constataram que, nas conversas entre elementos de sexo oposto, os falantes de sexo masculino davam respostas curtas, mas apenas após uma pausa. Este tipo de reação pode perfeitamente assinalar uma falta de compreensão ou de interesse no discurso, traduzindo, inevitavelmente, falta de apoio do tema tratado pelo outro falante. Paralelamente, uma resposta curta dada

atempadamente assinala o oposto, assinala interesse, entendimento e apoio ao que o falante acaba de dizer.

Um comportamento opositivo de qualquer tipo, ao longo de uma interação, conduz, quase sempre, ao silêncio das mulheres. Um tipo de silêncio que pode muito bem ser interpretado como sinal de desaprovação, tal como seria caso fosse proferida alguma frase ofensiva ou ameaçadora (Sutton 1994: 517) *in* Coates (2004). Crê-se que, por vezes, as mulheres evitam o confronto de opiniões porque receiam a falta de apoio ou a crítica masculina, e daí preferirem, mais uma vez, o silêncio.

O que pretendemos aqui é deixar esclarecido que o silêncio, à semelhança de outras estratégias, não pode ser interpretado de uma só forma. Há que ter em conta um conjunto de fatores que permitem entender se se trata de um sinal de poder do falante ou, pelo contrário, da sua ausência.

Em qualquer um dos casos, o silêncio será sempre um indicador de que a conversa não decorre normalmente.

Através de uma vasta gama de pesquisas das relações entre homem e mulher, neste capítulo pretendemos demonstrar o domínio masculino da interação numa diversidade de casos e situações.

Embora não possamos afirmar que se trata de uma regra absoluta, fica claro que, na maioria das vezes, homem e mulher não partilham direitos iguais no que diz respeito à conversa entre eles.

West e Zimmerman (1998), ao investigarem a interação homem / mulher e pais / filhos na sociedade americana contemporânea, concluem que, por um lado, tanto as mulheres como os filhos usufruem de direitos restritos de falar e ainda que as interrupções do discurso assinalam relações de domínio e de submissão socialmente sancionadas.

5.3 - A Conversa entre elementos do mesmo sexo

Embora o estudo da interação masculina e feminina em grupos exclusivamente masculinos ou femininos esteja em fase de desenvolvimento, procura-se sobretudo estudar a linguagem feminina sem ter em conta um contexto de opressão ou autoridade e a linguagem masculina sem levar em consideração fatores de domínio.

Coates chama a atenção para o facto de que só depois de *Gossip: votes on women's oral culture*, da autoria de Deborah Jones (1980), é que muita pesquisa tem sido feita na

interação entre grupos do mesmo sexo. A pesquisa tem sido orientada através do estabelecimento de comparações, por exemplo, entre falantes do mesmo sexo, mas com idades diferentes. Recentemente surgiu bastante trabalho que se dedica à pesquisa da interação em grupos exclusivamente femininos, mas numa diversidade de comunidades, sejam elas de diferentes etnias, nacionalidades, idades, práticas sexuais ou com determinada limitação física.

Só na última década é que os estudos passaram a dar atenção ao homem e a questões relacionadas com a masculinidade.

A sociolinguística pesquisou sobre a conversa de todo o tipo de grupos do mesmo sexo, sejam eles da mesma etnia, estatuto social, ou cultura.

Desde logo uma constante observável foi o facto de que, enquanto os grupos masculinos revelam tendência para discordarem uns dos outros, ou para ignorarem as afirmações uns dos outros, a tendência dos grupos femininos é no sentido de aceitarem as contribuições umas das outras e desenvolverem estes mesmos contributos. Tudo indica que o estilo masculino continua a ser baseado em relações de poder, do tipo competitivo, enquanto o estilo feminino, por seu turno, revela relações de solidariedade e apoio, do tipo colaborativo.

5.4 - Estilo Colaborativo Feminino

J. Coates (Coates 2004) sugere a análise de algumas categorias que, segundo a autora, são relevantes para a consolidação desta dicotomia de estilos: competitivo e colaborativo. As categorias avançadas por J. Coates são: tema e desenvolvimento do tema, respostas curtas, *hedges*, interrogativas e padrão de intervenções numa conversa.

5.4.1 - Tema e Desenvolvimento do Tema

Os homens preferem temas da atualidade, viagens e desporto. Entre as mulheres, o simples ato de falar é fundamental para construir uma amizade e, normalmente, os temas mais queridos das mulheres são as pessoas e os sentimentos. Os temas são desenvolvidos passo a passo, aumentando de interesse, tirando partido das contribuições de todas as participantes e rumo a um consenso.

5.4.2 - Respostas Curtas

Os resultados da pesquisa são unânimes, demonstrando que há mais mulheres do que homens que recorrem a esta estratégia. Tal acontece em momentos específicos e com um objetivo claro: assinalar o apoio relativamente ao falante (Strodbeck e Mann: 1956; Hirschmann: 1974; Zimmerman e West: 1975; Fishman: 1980a; Coates: 1989a, 1991, 1994), citados também por Coates.

Mesmo assim, será que as respostas curtas são uma especialidade feminina? No exemplo de uma conversa entre mulheres, Holmes (1995: 55), citada em Coates, demonstra que existe uma sensibilidade extrema para o uso das respostas curtas, sem que estas perturbem o discurso em progresso.

Ou então, Coates recorre a Fishman (1980b) para dar outro exemplo, através do qual fica patente uma utilização extremamente hábil desta mesma estratégia para abrandar o ritmo do discurso.

No fundo, pretende-se demonstrar que a estrutura da conversação é um trabalho cuja divisão entre homem e mulher resulta de duas posições em desequilíbrio: uma de poder e outra de ausência de poder, respetivamente. Ou seja, no caso dos homens, quando estes recorrem à estratégia da resposta curta é, normalmente, com intuito de corromper o discurso feminino em progresso, reforçando, desta maneira, uma posição de supremacia masculina.

A propósito de um estudo sobre as interrupções do discurso, M. Talbot (1992a) afirma que as suas conclusões sugerem vigência de direitos diferentes para homem e mulher, durante uma conversa.

Em concreto, Talbot refere-se a um relato em conjunto, por homem e mulher, de uma história. Esta experiência de cooperação termina quando o homem, sem motivo aparente, dá instruções claras à mulher para que se cale. A partir deste momento, assume sozinho o relato. O que sucede é que, segundo a autora, não ficou claro para nenhum dos presentes, o dano causado pelas alegadas interrupções feitas, até então, pela mulher. Pelo contrário, no entender de M. Talbot, enquanto participou, a mulher deu o mesmo tipo de contributo, tal como já foi dito atrás, mostrou-se cooperante e contribuiu para aumentar o grau de interesse e consolidação de todo o relato.

Aqui, o objetivo de M. Talbot é chamar a atenção para o conceito de interrupção, especialmente para os intervenientes no referido relato. Novamente, as perspetivas são bem

divergentes: para o homem poderá simbolizar a perda do seu tradicional protagonismo; relativamente à mulher, podemos pôr a hipótese de que seria apenas uma tentativa genuína de colaborar com o seu parceiro, já que, de acordo com o que ficou exposto até aqui, a atitude das mulheres é, regra geral, cooperante, tal como revelaram outros estudos, um dos quais referimos um pouco mais adiante, relativo à forma como as crianças se organizam para brincar.

Assim, como explicaríamos que, na mesma situação, os intervenientes possam interpretar de forma tão distinta as interrupções / intervenções da mulher no discurso do homem? Certamente o protagonismo da mulher não terá sido bem visto pelo homem a quem, habitualmente, é atribuído o poder para pôr e dispor da interação, dando-se até ao luxo de abandonar a conversa. A palavra Poder, usada por M. Talbot, é aqui particularmente importante, pois remete, mais uma vez, para o homem e a posição que ocupa, tradicionalmente, na pirâmide social.

Estreitamente ligado à importância dos diferentes papéis tradicionalmente associados ao homem e à mulher, M. Talbot aponta o estudo desenvolvido por Marjorie Harness Goodwin (1980), segundo o qual, ainda em crianças, rapazes e raparigas assumem atitudes e, conseqüentemente, papéis bem diferentes. Goodwin diz-nos que a tendência é para que, durante as brincadeiras, rapazes e raparigas se separem e formem grupos do mesmo sexo.

Esta autora afirma também que o grupo das raparigas funciona de maneira cooperante, e sem preocupação ou necessidade de encontrar um(a) líder. Esta organização manifesta-se através da linguagem usada entre os membros do grupo.

Por sua vez, o grupo dos rapazes define-se pela hierarquização do próprio grupo e a competição pela liderança.

Ambas as organizações transparecem através da linguagem, o mesmo é dizer, a linguagem espelha o tipo de organização.

Claramente, esta estrutura terá conseqüências. Maltz e Borker (1982) usam estas constatações para afirmar que, na fase adulta, esta divisão contribuirá certamente para dificultar quer a interação, quer a comunicação entre homem e mulher.

A mulher usa este tipo de resposta para assinalar a sua atenção e o seu apoio ao que está a ser dito.

A interlocutora que fornece a resposta curta ajusta-a corretamente à semântica e à sintática das frases, demonstrando que entende e acompanha o discurso, prevendo, ao

mesmo tempo, o desenvolvimento da conversa. Não impede, nem prejudica esse desenvolvimento.

A resposta curta serve ainda para assinalar o reconhecimento da entrada de um tema novo ou o seu final.

5.4.3 - Hedges

São expressões usadas para demonstrar respeito pela integridade / suscetibilidade dos outros participantes na conversa, quando se trata de discutir temas sensíveis, ou ainda para encorajar a participação de outros interlocutores.

Os *hedges*, ou barreiras discursivas, são formas linguísticas tais como: "...penso eu..."; "Tenho a certeza de que..."; "...tipo..." "...sabes...?" que exprimem também certeza ou incerteza, segurança ou insegurança do falante sobre o tópico em discussão.

Sob o pretexto de que as mulheres usam mais estas formas linguísticas, o seu discurso é frequentemente classificado como experimental, como se estas estivessem permanentemente a tatear, tentando encontrar o melhor caminho para conseguir manter uma conversa. Inclusivamente, Coates (2004) constatou que Robin Lakoff estabeleceu uma relação direta a partir daquela afirmação e declarou que o discurso feminino é pouco assertivo.

Embora sem base científica, esta autora também acredita que o discurso feminino inclui mais expressões do que o discurso masculino, que servem de *hedges*. A justificação seria o facto de que as mulheres são educadas para acreditar que as demonstrações de assertividade são pouco adequadas e pouco femininas.

Recorre-se, novamente, à aprendizagem social para justificar determinado comportamento linguístico.

A pesquisa relativa a esta questão é escassa, mas mesmo nas situações em que se confirma o seu uso em maior número pelas mulheres, há duas recomendações: a primeira, no sentido de prestar mais atenção às funções linguísticas das referidas expressões e a segunda, no sentido de se ter precaução sempre que a afirmação de que o uso mais frequente de *hedges* for interpretada como sinal de debilidade; há uma carga androcêntrica, ou, por outras palavras, preconceituosa.

Coates (2004) refere um estudo de Janet Holmes, o qual ilustra uma análise mais realista sobre o fenómeno. Esta autora (Holmes 1984, 1987) distingue diferentes funções

desempenhadas pelos *hedges*. Um simples *you know* pode desempenhar, pelo menos, dois papéis: um em que o falante exprime confiança ou certeza no que diz e outro em que o falante exprime incerteza que, por sua vez, poderá ser de natureza diversa.

De acordo com o referido estudo, as mulheres revelam, de facto, uma utilização mais frequente da expressão *you know*, como expressão de confiança; verifica-se uma utilização menos frequente nos casos em que esta revela incerteza (Holmes 1987).

A análise desta autora renova os estudos, na medida em que lhes adiciona uma sensibilidade para detetar a multifuncionalidade das estratégias de conversação que tem de ser, forçosamente, tida em conta na análise das diferenças de género.

Com este avanço, ficou também em causa a teoria de Robin Lakoff, segundo a qual as mulheres usam mais *hedges* do que os homens, sendo estas maneiras de exprimir falta de confiança. Tal como ficou referido, na análise da linguagem é imprescindível ter em conta todo um universo de fatores muito além da correção gramatical e fonológica.

Para fundamentar as suas opiniões, Coates (2004) aponta outra pesquisa de Irwin (2002) que concentrou a atenção nos jovens e no uso que fazem da expressão *like*, como exemplo de um *hedge*, cuja função é permitir ao locutor o distanciamento parcial das afirmações que poderão ter efeito de juízo de valor, seja ele positivo ou negativo, relativo ao falante ou aos interlocutores.

A propósito deste estudo, levantou-se a hipótese de que o uso menos frequente que os homens fazem dos *hedges* possa ter a ver com a escolha dos tópicos de conversa, isto é, normalmente, verifica-se que os homens evitam os temas de conversa que possam gerar mais suscetibilidade, preferindo, em vez destes, temas de carácter mais impessoal. Sempre que se aborda um tema mais sensível, os *hedges* tornam-se uma estratégia preciosa para disfarçar o seu impacto, protegendo o falante e o ouvinte.

5.4.4 - As Interrogativas em geral

As perguntas são frequentes num discurso com um ou mais dos seguintes objetivos: exposição de conhecimentos, busca de informação, convite a que o sujeito fale e encoraje o outro falante a demonstrar o seu grau de perícia em determinado tema. As perguntas podem ainda servir para introduzir um novo tema, sobre o qual o falante se sente à vontade para demonstrar os seus conhecimentos.

Estes são exemplos de algumas das situações em que as perguntas desempenham um papel fundamental, favorecendo a alternância de intervenções no discurso, que é o caso, por exemplo, dos homens que usam as perguntas como instrumento para alternar as intervenções numa conversa.

No entanto, nas conversas em grupos exclusivamente femininos, esta não é a sua função. Podem contribuir para a construção de assimetrias, na medida em que fica patente uma diferença no grau de conhecimentos das participantes.

Entre as mulheres procura-se evitar a assimetria, traduzida pelo reconhecimento da superioridade de uma participante pelo seu grau de conhecimentos.

O objetivo das questões é então incitar à participação ou envolvimento na conversa, introduzir novos temas, *hedges*, verificar as opiniões de outras participantes e ainda fomentar novas histórias

Mesmo em situação de desacordo, as mulheres também utilizam as perguntas como forma de busca de um consenso entre o grupo, principalmente através das *tags*, que visam confirmar que todas as presentes partilham o mesmo ponto de vista.

Coates relata também que, após a análise de informação recolhida para o efeito, Fishman (1980a) chegou à conclusão de que as mulheres usam três vezes mais as *tags* e as interrogativas globais do que os homens, as mulheres fazem mais perguntas do que os homens, especialmente quando se lhes dirigem.

Fishman apresenta uma explicação linguística bastante apropriada, se tivermos em conta, mais uma vez, outros intervenientes, além da gramática e da fonologia.

Segundo este autor, não devemos analisar as perguntas sem ter em conta as respostas: a primeira pressupõe que o interlocutor forneça a segunda. Em termos de interação, as perguntas são mais fortes do que as respostas, porque concedem ao falante o poder de conseguir obter uma resposta.

Ora, uma vez que a mulher usa a forma interrogativa mais do que o homem, esta poderá ser interpretada como uma forma de combater a debilidade da sua posição na interação, servindo-se das perguntas para manter a sua participação na interação.

No entanto, Cameron *et alii* (1989), no seu estudo sobre *tag questions*, referido na página anterior, demonstraram que alguns tipos de perguntas estão intimamente relacionados com posições de poder. Citada em Coates (2004), Sandra Harris (Harris 1984), no seu estudo sobre a linguagem utilizada nos tribunais, demonstrou que as

perguntas são um valioso recurso para os participantes detentores de posições de poder, porque obrigam a que o interlocutor forneça uma resposta e que esta seja, do ponto de vista conversacional, relevante. Tudo isto implica que aquele que faz as perguntas controle o que o interveniente seguinte tem possibilidade de dizer e que seja relevante para a conversa. Assim, este detém um grau de poder bastante importante. Do outro lado, àqueles de quem se espera uma resposta é-lhes vedado o direito de utilizar a mesma estratégia. Coates indica concretamente que estas conclusões foram amplamente confirmadas por outros estudos em que as posições dos intervenientes eram igualmente assimétricas: interação entre médico e paciente (Todd 1983; West 1984; Fairclough 1992), interação entre aluno e professor (Barnes 1971; Stubbs 1983), e ainda a interação entre o anfitrião e respetivos ouvintes / participantes em programas radiofónicos (Barnard 2000; Thornborrow 2002).

Num outro contexto: no mesmo estatuto elevado entre os intervenientes, são os homens que fazem muito mais perguntas, quando comparados com as mulheres. Aprofundando um pouco mais, se considerarmos uma divisão do tipo de questão quanto ao seu carácter: de apoio, de crítica ou de antagonismo, a análise revela que falantes do sexo masculino e do sexo feminino fazem um número semelhante de perguntas de apoio ou críticas. O que varia são as que estabelecem algum tipo de antagonismo entre os intervenientes, em que os homens revelam uma destacada vantagem de quase o dobro sobre as mulheres.

Em suma, se existem situações em que as mulheres levantam mais questões, é igualmente verdade que, noutras circunstâncias, são os homens que recorrem mais a esta estratégia, sendo que, por vezes, a variável a ter em conta é a posição social, e não o género.

De qualquer forma, para tirar conclusões, é imprescindível que tenhamos em conta a natureza da pergunta e a simetria ou, pelo contrário, assimetria do discurso.

Nesta altura, já sabemos que as perguntas são poderosas estratégias linguísticas, na medida em que o falante adquire o poder de conseguir uma resposta do(s) outro(s) participante(s).

Esta mais-valia é explorada pelos participantes com poder, em situações de assimetria do discurso; mas é também explorada pelo falante do sexo feminino, em

contextos que, mesmo sendo falantes mais desfavorecidas no que diz respeito ao poder, utilizam este recurso para sustentar a conversa.

Não existe a divisão bipartida, tal como diz o estereótipo

5.4.5 - Padrão de Intervenções numa Conversa

Embora, de um modo geral, a conversa se organize com cada um dos participantes a usar da palavra em intervenções alternadas, não coincidentes, com as mulheres, nem sempre assim acontece e é frequente que haja mais do que uma interveniente a participar ao mesmo tempo numa conversa. Esta característica, a que chamaremos de modo colaborativo de conversa, foi, tal como nos diz Coates (2004), inicialmente identificada por Carole Edelsky (1993). Este modelo de participação é maioritariamente preferido pelas mulheres. Baseada numa *Jazz session*, Coates (2004:131) chamou este modelo de conversa *Jam session*. As mulheres reúnem-se para disfrutar da conversa de forma espontânea e improvisatória, como se tirassem partido de, por exemplo, um qualquer espetáculo ou obra de arte. Nesta modalidade de conversa, destaca-se o facto de todas as interessadas poderem participar simultaneamente nesta *reunião*.

As duas características principais deste modelo são:

- a) as participantes dão o seu contributo para a conversa;
- b) as participantes interveem simultaneamente.

Para Coates (2004), as falas em simultâneo, que podem ocorrer em diversas situações, tal como quaisquer outros comentários, questões ou respostas curtas, são sinais de que os outros participantes na conversa estão efetivamente com atenção e contribuem para a (co)construção (colaborativa) de texto.

Considera-se que pode ocorrer discurso em simultâneo quando os falantes repetem ou reorganizam as frases uns dos outros, ou ainda quando dois ou mais falantes partilham o mesmo tema. Embora se possa pensar que o discurso em simultâneo compromete a compreensão, o que acontece na realidade é que permite um desenvolvimento da conversa de maneira diferente, como se fosse em etapas ou *camadas*.

Nas conversas entre apenas homens, há preferência pelo modelo segundo o qual fala um de cada vez, em contraste com o que observámos nas conversas entre elementos exclusivamente femininos, onde a preferência vai para o estilo cooperante, segundo o qual há mais do que uma participante em simultâneo.

No estilo de conversa masculino, a pergunta adquire um papel muito significativo, uma vez que assegura a passagem da vez de intervir de um para outro falante e serve ainda para convidar alguém a participar numa conversa.

Entre homens, falar em simultâneo é sinónimo de infração à regra, daí que, frequentemente, nas conversas entre elementos de ambos os sexos, a probabilidade de conflito seja elevada.

Veja-se o exemplo de um estudo de Mary Talbot (1992) em que a autora se refere a uma situação de um relato de uma história, feito por um elemento masculino, durante o qual a mulher tenta adicionar comentários e sinais de apoio ao relato. O resultado foi *I wish you'd stop interrupting me*, ainda que a reprodução da intervenção feminina não deixe ver quaisquer sinais de perturbação ao discurso. Mesmo assim, da parte masculina, aquele comportamento terá sido sentido como tentativa de usurpação do uso da palavra.

No entanto, há algumas situações em que se admitem as intervenções antecipadas no discurso masculino, por exemplo, quando dois amigos se entusiasmam demasiado com determinado tema e quando coscuvilham.

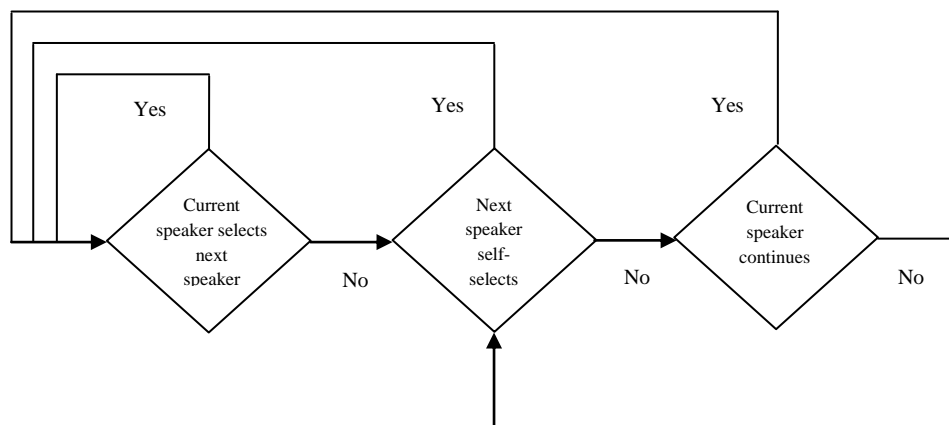
Coates (2004) aponta um trabalho de Cameron (1997) como exemplo de uma interação em que há dois elementos que se entusiasmam e se antecipam um ao outro, à medida que se desenvolve a conversa e que os participantes vão construindo o seu relato: trata-se de um grupo de estudantes universitários americanos que troca impressões sobre alguém, alegadamente, identificado como homossexual.

5.4.5.1 - Fala um de cada vez

Na maioria das vezes, a conversa organiza-se de forma a que cada falante respeite a vez de intervir. Esta é uma das aprendizagens que fazemos desde muito novos: aprender a participar em diversas atividades partilhadas em que uma das regras fundamentais é aprender a reconhecer e respeitar a nossa vez de intervir numa conversa.

A competência comunicativa prevê que saibamos orientar-nos numa conversa, seguindo determinadas normas. Segundo estas, ao longo de uma conversa, cada um dos falantes intervém, um de cada vez, sem prejudicar a intervenção dos restantes participantes, caso contrário, seria o caos.

Coates (2004: 112) recorre a um *flowchart* de Sacks, Shegloff e Jefferson (1974), autores do modelo que representa o decurso natural de uma conversa, respeitando a vez de intervenção de cada um dos participantes.



De acordo com este *flowchart*, cada um dos intervenientes numa conversa seleciona o falante seguinte, recorrendo a uma das diversas estratégias ao seu dispor: coloca-lhe diretamente uma questão ou simplesmente dirige-se a ele pelo nome. Seja qual for a estratégia, o selecionado deverá tomar a sua vez na conversa, caso contrário um dos participantes tomará a decisão de intervir. Existe ainda a opção de o falante no uso da palavra continuar a falar, se nenhuma das opções anteriores se verificar.

Este modelo é também conhecido por *No Gap, No Overlap*. Esta nomenclatura alternativa sublinha o facto de que os participantes numa conversa têm a capacidade de interpretar todos os sinais sintáticos, semânticos e prosódicos de forma a prever o final da intervenção doutro participante e, cumulativamente, o falante seguinte faz a sua intervenção no momento exato em que o anterior termina, isto é, nem antes, nem depois do último interveniente.

Tendo este modelo em conta, se um falante for dominante, normalmente, significa que, de alguma forma, este infringiu as regras do modelo acima referido, através, por exemplo, de uma das seguintes estratégias: fazendo uma intervenção antes de o falante anterior terminar, fazendo uma intervenção demasiado longa, impedindo outros de participar, ou, pelo contrário, fazendo uma intervenção demasiado curta em que se retira da interação, podendo este comportamento levar ao fim da conversa.

Coates tenta demonstrar que, na maior parte dos casos, em conversas entre elementos de ambos os sexos, os homens são os responsáveis por muitas das situações em que se

comprova não terem sido respeitadas as normas estabelecidas no modelo de Sacks, Shegloff e Jefferson (1974).

5.4.5.2 - As interrupções

Zimmerman e West (1975) e West e Zimmerman (1983), referidos em Coates, baseados no modelo acima referido, desenvolveram uma pesquisa, procurando levantar todos os casos em que fossem constatadas as situações que não seguem o padrão estabelecido no modelo.

Estes autores encontraram grandes diferenças nas conversas estabelecidas entre elementos do mesmo sexo e entre elementos de sexo diferente. Estas diferenças estão identificadas como *intervenções antecipadas* e *interrupções*.

Desta pesquisa destaca-se, em primeiro lugar, o facto de haver um grande contraste entre os comportamentos em conversas entre elementos do mesmo sexo e os comportamentos observados em conversas entre elementos de sexo diferente. Neste segundo tipo de situação, verificou-se um número muito elevado, quer de intervenções antecipadas, todas elas protagonizadas por homens (9, num total de 9), quer de interrupções, também estas protagonizadas pelos homens (46, num total de 48).

Tabela 7.1.: Irregularidades nas intervenções em 20 pares de elementos do mesmo sexo (baseado em Zimmerman and West 1975: 115)

	1st speaker	2nd speaker	Total
Overlaps	12	10	22
Interruptions	3	4	7

Tabela 7.2.: Irregularidades nas intervenções em 11 pares de elementos de sexo diferente (baseado em Zimmerman and West 1975: 116)

	Male speakers	Female speakers	Total
Overlaps	9	0	9
Interruptions	46	2	48

Coates (2004: 114) destaca ainda o facto de, conforme está patente nas tabelas 7.1 e 7.2, se registarem muito poucas interrupções nas conversas tidas entre elementos apenas do sexo masculino, isto é, os homens desrespeitam não só o direito da mulher de falar, como também o seu direito de terminar uma intervenção numa conversa. Por seu turno, o facto de as mulheres não fazerem nenhuma intervenção antecipada enquanto participaram em conversas que envolviam elementos de ambos os sexos, sugere que as mulheres se preocupam em respeitar a intervenção do homem, por forma a assegurar que aquele termine a sua intervenção. Relativamente a esta observação, West e Zimmermam (1998) afirmam que, na sociedade contemporânea, mulheres e crianças vêm os direitos de se pronunciarem bastante restringidos, mais ainda que as interrupções são usadas não só para concretizar, como também para exibir como socialmente aprovadas relações de domínio e submissão da mulher relativamente ao homem.

Os resultados destas pesquisas foram confirmados por outros estudos, indicados por Coates (2004), também eles dedicados às interrupções do discurso (Eakins e Eakins 1979; Leet-Pellegrini 1980; Mulac *et al.* 1988; Schick Case 1988; Holmes 1995; Gunnarsson 1997). Constatou-se que entre falantes do sexo masculino há mais probabilidade de se registarem interrupções infratoras; se fizermos a comparação com falantes do sexo feminino, mais uma vez se verifica que existe uma probabilidade muito maior de aqueles interromperem as mulheres do que o inverso.

De facto, a tendência de o homem interromper a mulher verifica-se mesmo quando a mulher pertence a uma classe social elevada, ou a uma posição hierárquica mais elevada do que aquela a que pertence o homem que a possa vir a interromper, como diz Coates (2004), citando Nicola Woods (1989).

Para confirmar esta tendência, o estudo da autoria de West (1998b), já referido em Coates (2004), revelou que é norma os médicos interromperem os doentes, exceto quando o médico é uma mulher. Na interação estabelecida entre médico e paciente, quando o médico é do sexo masculino, as interrupções feitas por este ao discurso do paciente ultrapassam largamente as interrupções feitas pelo paciente ao discurso do médico. Quando, pelo contrário, o médico é do sexo feminino e o paciente é do sexo masculino, as interrupções ao discurso feitas por este último ultrapassam largamente as interrupções da médica.

N. Woods demonstrou ainda que os homens usam as interrupções ao discurso como forma de assumir o protagonismo e que em 85% das vezes conseguem.

Coates (2004) confirma este mesmo padrão referindo-se a um estudo de Joanne Winter (1993). Esta autora comparou duas entrevistas políticas, cuja diferença consistia no facto de uma ter o entrevistador do sexo feminino e a outra ter o entrevistador do sexo masculino. Os entrevistados eram ambos figuras de destaque na política nacional australiana. A análise de Winter revelou que, na entrevista em que o entrevistador era do sexo masculino, este adotou um estilo beligerante, demonstrado através da interrupção do entrevistado muito mais do que o inverso. Na entrevista conduzida por um elemento do sexo feminino, registou-se o oposto: a entrevistadora não interrompeu o discurso do entrevistado, mas, em compensação, foi interrompida cinco vezes pelo entrevistado. O mesmo tipo de padrão é observável hoje em dia em conversas de rádio, por exemplo: os participantes do sexo masculino dominam as conversas, enquanto as mulheres são consecutivamente interrompidas pelos anfitriões do sexo masculino.

As interrupções ao discurso servem também para controlar o tópico da conversa. Embora, na maioria das vezes, esta tarefa seja dividida igualmente entre homens e mulheres, verificou-se que, em conversas entre elementos dos dois sexos há, mais uma vez, prevalência do elemento masculino na escolha do tema. Depois de ter analisado o funcionamento de diferentes variáveis, Leet-Pellegrini (1980), já referido, concluiu que na presença de falantes do sexo masculino com um grau considerável de conhecimento sobre determinado tema, há uma elevada probabilidade de serem estes a selecionar e impor o tema de conversa: os homens falam mais, e desrespeitam mais frequentemente a intervenção de outros participantes na conversa. Os falantes do sexo masculino com conhecimentos relevantes sobre o tema tratado dominam a conversa através de um estilo de interação baseado no exercício do poder e através do qual exibem um direito de intervenção e um controlo do temas tratados diferentes daqueles dos restantes intervenientes. Em contraste, as falantes do sexo feminino, ainda que detenham muitos conhecimentos sobre o tópico da conversa, revelam um estilo de interação em que prevalecem a solidariedade e o apoio.

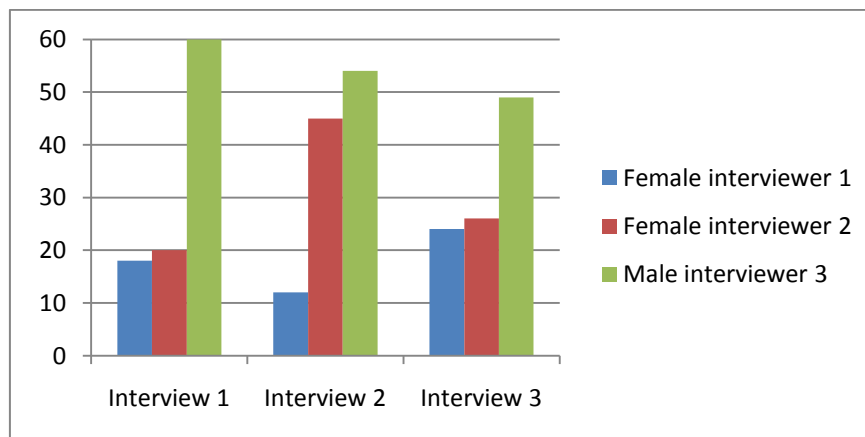
5.4.5.3 - Falar demasiado

O modelo segundo o qual os participantes numa conversa têm um estatuto igual e, por isso, gozam dos mesmos direitos de intervenção na referida conversa, pressupõe então que o tempo de intervenção deve ser equitativamente distribuído pelos participantes. Todos temos conhecimento disto e todos sabemos também reconhecer possíveis situações que justifiquem a exceção às regras estabelecidas.

Portanto, é necessário definir claramente o que se entende por falar demasiado, tendo sempre em atenção o contexto. É fundamental ter em conta se se trata de uma conversa entre elementos do mesmo sexo ou não e se temos em conta o número de intervenções ou o número de palavras.

Mesmo estando amplamente disseminada a crença de que as mulheres falam mais do que os homens, foi já demonstrado, por diversas vezes, que não é verdade. Coates (2004) vai buscar um dos exemplos significativos desta constatação, quando indica o trabalho de Swacker (1975), de acordo com o qual foi pedido a homens e a mulheres que descrevessem uma sequência de 3 imagens, os homens demoraram, em média 13 minutos, enquanto as mulheres precisaram apenas de 3,17 minutos.

Existe também um estudo de Franken (1983), que segundo Coates (2004: 117), foi anteriormente referenciado por Holmes, cujo intuito era medir o tempo de intervenção utilizado pelos entrevistadores numa série de entrevistas televisivas com personalidades conhecidas. Cada programa envolvia 3 entrevistadores, um residente, do sexo feminino, e dois convidados, um do sexo feminino e outro do sexo masculino. Os resultados revelaram que em todos os programas, a figura masculina usou mais tempo de intervenção, conforme podemos constatar através da análise da fig. 7.2.



Mesmo em face de provas em contrário, persiste o mito de que as mulheres são mais faladoras do que os homens, Coates (2004) recorre a uma explicação bem interessante, da autoria de Spender (1980a). Segundo este, as expectativas que partilhamos relativamente a falantes do sexo feminino e a falantes do sexo masculino são bem distintas: os homens exercem o direito de falar, enquanto das mulheres se espera que permaneçam em silêncio. Assim sendo, qualquer intervenção feminina resulta invulgar e destaca-se das intervenções masculinas.

Ainda de acordo com outro trabalho de Spender (1979), são inúmeros os exemplos de situações em meio académico em que as mulheres, em média, não usufruem de mais de 30% do tempo de conversação.

Talvez, num contexto menos adverso, as mulheres tenham maior probabilidade de usufruir de direitos iguais de intervenção numa conversa.

De acordo com Coates (2004: 118), foi nesta expectativa que Herring, Johnson e DiBenedetto (1998) levaram a cabo um estudo, cujos resultados foram bem distintos: numa discussão de literatura de autor masculino, que durou 5 semanas, os homens contribuíram com 70% do número total de palavras. Quanto ao número total de palavras por intervenção também esse foi muito superior ao usado pelas mulheres.

Tabela 7.3.: Discrepância, com base no sexo, nas contribuições dadas em conversas subordinadas ao tema Literatura Masculina

	1st speaker	2nd speaker
Number of contributors	18 (30.5 %)	41 (69.5 %)
Number of contributions	87 (36 %)	155 (64.5 %)
Average words per contribution	162	211.5
Total words contributed	14.114 (30 %)	32.774 (70 %)

From Herring, S., Johnson, D. and DiBenedetto, T. (1998) ed.

J. Coates, p. 199. Blackwell Publishers.

Destaca-se o facto de ter havido dois dias durante os quais os contributos das mulheres excederam os dos homens. Durante este curto período de domínio do grupo feminino, os homens revelaram-se perturbados e irritados, alegando que estavam a ser silenciados e ameaçaram ainda que se desligariam da rede de suporte.

Este tipo de reações sugere uma desigualdade de direito do uso da palavra entre homens e mulheres. Ao fazer mais uso da palavra do que os homens, a mulher violou a convenção social / tácita de que o controlo do discurso público está devidamente entregue aos homens: "...contributing more, even temporarily, ...women in the group violated the unspoken convention that control of public discourse belongs rightfully to men" (Herring *et al.* 1998: 198) in Coates (2004: 119).

Por sua vez, Nicola Woods (1989), já referida a propósito das interrupções, demonstrou que ocupar mais tempo de discurso tem mais a ver com o género do que com hierarquias profissionais. Ela registou nove grupos de conversação de 3 elementos, entre colegas de trabalho de diferentes posições hierárquicas: 3 com prevalência do elemento feminino, 3 com prevalência do elemento masculino e 3 com elementos do mesmo sexo. Tinha posto a hipótese de que os elementos com mais poder, decorrente da posição hierárquica, ocupariam significativamente mais tempo com as suas intervenções na conversa. No entanto, o que se verificou foi que, enquanto os superiores hierárquicos do sexo masculino ocuparam, de facto, muito mais tempo de conversa, o mesmo não se verificou com as mulheres que ocupavam posições semelhantes na hierarquia.

Mais ainda se verificou que, em determinadas situações, as mulheres apoiam a intervenção masculina, recorrendo a estratégias tais como as respostas curtas e as perguntas, por forma a contribuir para que o fluxo de conversa se mantenha: "*In doing the conversational shitwork (Fishman 1980b) in the work context, women could be seen to collude in undermining their own status.*" Coates (2004: 120).

5.5 - Estilo Competitivo Masculino

A conversa masculina está associada a um estereótipo, como se de um conflito se tratasse, integrando, portanto, os conceitos de disputa, batalha e / ou conflito, em contraste com o estilo que se acredita ser típico das mulheres, um estilo mais do género cooperativo.

No entanto, não há provas e menos ainda se conhecem as características que deveremos associar a um discurso que se diz competitivo.

Entre elementos do sexo masculino, já aqui foi dito que os homens evitam expor a sua intimidade, dando preferência a temas mais impessoais, tais como a atualidade, o desporto ou a tecnologia moderna.

Mesmo quando a conversa atinge um nível menos impessoal, trata tópicos tais como hábitos de beber ou conquistas pessoais, em vez de, por exemplo, sentimentos.

A escolha do tema tem um forte impacto noutras escolhas linguísticas. *Hedging*, por exemplo, está intimamente relacionado com temas mais pessoais, ou, pelo menos mais sensíveis. Por exemplo, no que diz respeito aos padrões de tempo de intervenção na conversa, os temas mais impessoais favorecem as intervenções individualizadas, em vez das cooperativas, devido ao grau de conhecimentos do falante.

5.5.1 - Monólogos e Grau de Conhecimentos

Considerando que os monólogos são intervenções durante as quais determinado falante detém a palavra, por um período de tempo mais ou menos considerável, e que estão, normalmente, associados a uma espécie de exibição dos conhecimentos do falante, contando com a cooperação do(s) ouvinte(s), verifica-se que estes são uma característica masculina.

Por oposição, no discurso feminino evita-se, frequentemente, exibir o papel de especialista em determinado assunto.

5.5.2 - Confronto Verbal

A conversa entre elementos exclusivamente masculinos também pode assumir o formato de confronto amigável, que parece mesmo provocar algum tipo de diversão entre os participantes. Coates (2004) sugere que se associe esta afirmação a um estudo desenvolvido por Labov (1972b) sobre a utilização dos insultos entre os jovens negros na comunidade de Harlem. Este é um exemplo em que o uso do insulto adquiriu um formato como se de uma espécie de arte se tratasse. Os envolvidos neste tipo de interação frequentemente exibiam a sua bravura nas ruas, através de uma troca de insultos mais ou menos elaborados.

Em suma, é um género de interação, de alguma forma estilizada, em que os envolvidos parecem apreciar uma disputa que, afinal, consiste numa espécie de fogo cruzado, mas que respeita a alternância de insultos.

5.5.3 - Solidariedade numa Conversa

Apesar de o estilo masculino ser, regra geral, identificado como competitivo, podemos dizer que este mesmo estilo é, afinal uma outra forma de conseguir a solidariedade / cooperação que se espera de uma conversa.

Koenraad Kuiper (1998) é indicado por Coates (2004) por ter demonstrado claramente que os homens também cooperam, apesar do seu traço competitivo. As estratégias de ameaçar a face descritas por este autor, relativas aos neo-zelandeses, foram identificadas no estilo de interação masculino, em diversas sociedades, tais como os jovens negros em Nova Iorque (Labov 1972b), os jovens da zona sul de Londres (Hewitt 1997) e entre adultos em Barcelona (Pujolar 1997).

Estas estratégias são concebidas para fomentar a solidariedade e, segundo Coates (2004), encaixam-se no modelo de Wolfson (1988), que prevê que os falantes possam ser menos educados para com pessoas que se encontram num de dois grupos em dois extremos do *continuum* social: aqueles que não conhecemos de todo, os estranhos e, no outro extremo, pessoas que conhecemos intimamente.

Coates refere-se também a Jane Pilkington (1998), que, com base em dados recolhidos, nos demonstra a importância das intervenções antecipadas, da conversa construída cooperativamente e do *feedback* positivo entre as mulheres. Contrastivamente, o silêncio, a falta de *feedback* verbal, o monólogo e a expressão óbvia de descontentamento são evitados pela mulher durante uma conversa.

Face a isto, Pilkington conclui que o objetivo de uma conversa amigável, tanto para homens como para mulheres, é a solidariedade. A diferença está, então, no facto de que homens e mulheres adotam estratégias muito diferentes para conseguir o mesmo objetivo.

Para muitos homens, o laço com os outros estabelece-se quer através de um conflito divertido quer através da competição, em contraste com as mulheres, junto de quem a autoexposição é uma das estratégias mais comuns.

Deborah Cameron (1997), referida no subcapítulo anterior, analisa uma conversa entre cinco amigos do sexo masculino, cujo ponto em comum são precisamente os comentários desfavoráveis relativos a alguém que, segundo eles, é homossexual; este objetivo comum constrói solidariedade.

Mesmo assim, Cameron afirma que esta conversa é simultaneamente cooperativa e competitiva. Como estilos de conversa, a cooperação e a competição não podem ser

consideradas dois estilos independentes que pertencem às mulheres e aos homens, respetivamente.

A conversa entre homens ou entre mulheres, para ser considerada como tal e decorrer dentro do que se convencionou como norma, tem de registar algum nível de cooperação. O que se procura aqui demonstrar é que, entre elementos do sexo masculino, a solidariedade consegue-se através de estratégias aqui rotuladas de competitivas ou adversativas.

5.6 - Assumir a Masculinidade ou a Feminilidade

Na conversa entre elementos do mesmo sexo, Coates (2004) destaca um caminho para chegar a ver o masculino e feminino como seres que podem assumir uma categoria que conhecemos como género.

Atualmente, é mais acertado perspetivar esta categoria como uma opção, um papel que se assume em vez de algo estático e inalterável.

Por outras palavras, a categoria Género é agora vista como uma categoria representada por um sujeito falante. Consoante o estilo e / ou estratégias que os falantes utilizem, assim a construção será de masculinidade ou de feminilidade.

É igualmente importante salientar que esta construção de género não é isolada, isto é, trata-se de uma escolha que fazemos regularmente sempre que temos de nos adaptar a determinado contexto em que decorre a interação e a todos os diferentes fatores que influenciam esse contexto.

"*Speakers are seen as 'performing' masculinity or femininity*" (Coates 2004: 138). A expressão *performing masculinity / femininity* sugere que esta assunção de um papel é como se vestíssemos uma outra pele, na verdade, não é isso que se pretende dizer, muito pelo contrário, os papéis que possamos vir a assumir terão sempre diferenças relativas ao contexto e ao tipo de interação estabelecida com os outros. Muitos já terão tido oportunidade de se aperceber de que somos diferentes consoante a situação que experimentamos. Tomar uma bebida com amigos é substancialmente diferente de participar numa reunião de trabalho. Ou até mesmo em contextos aparentemente idênticos, o nosso *eu falante* pode sofrer alterações, caso algo no contexto, por muito insignificante que pareça, se altere também. O mesmo é dizer que todos nós mudamos dependendo da audiência que temos, embora, por vezes, representemos, de facto, um papel.

Temos à nossa disposição diferentes versões de feminilidade e de masculinidade e, por isso, são também possíveis diferentes versões de um *eu falante*. Todas estas possibilidades competem entre si, isto é, os falantes farão as suas escolhas, em estreita relação com a sua formação cultural e maturidade.

5.7 - Feminilidades em Competição

Atualmente, as versões dominantes de feminilidade incluem delicadeza, atenção maternal, cuidado com a aparência e, acima de tudo, gentileza.

Coates (2004: 139) transcreve um exemplo de uma conversa entre um grupo de raparigas de 16 anos que comentam a aparência de uma delas que experimenta maquilhagem nova.

O resultado é que o grupo elogia abertamente Sarah, o que consiste na construção de apoio que normalmente as mulheres prestam umas às outras. De maneira cooperativa, constrói-se um universo em que o ato de pôr e de usar maquilhagem, normalmente, faz parte da feminilidade e ter boa aparência é também um objetivo muito importante.

Uma outra forma de feminilidade dominante é aquela que afirma que todas as mulheres são boas mães e amam os seus filhos. No entanto, todas as formas dominantes são implicitamente desafiadas por um conjunto de alternativas à disposição.

Num outro exemplo também apresentado por Coates (2004: 140) podemos observar duas mães que conversam sobre uma família em que os filhos são crianças difíceis. A partir desta conversa analisam a sua própria atitude relativamente aos filhos em geral. Nesta fase, começa a atitude de cisão entre a atitude tradicional de uma mulher e de mãe, relativamente aos filhos: nem sempre é possível simpatizar com todos os filhos e não é forçoso que essa seja a nossa posição. Este pode, desde já, ser considerado um tipo de discurso subversivo, por se opor à norma ditada socialmente: todas as mães e mulheres gostam, implicitamente, de todos os filhos.

As duas amigas apoiam-se uma à outra com esta opinião contrária à norma. Frequentemente, é em privado e junto de pessoas muito próximas que as mulheres (ou raparigas) desafiam a norma, comemoram ou até se gabam das suas vitórias e confessam facetas de si próprias menos agradáveis, explorando, desta maneira, formas alternativas de feminilidade.

5.8 - Masculinidades em Competição

Os falantes do sexo masculino têm também à sua disposição uma vasta gama de masculinidades que competem entre si. Coates (2004: 141) dá mais um exemplo de uma conversa entre homens na qual estão patentes algumas das possíveis masculinidades dominantes, por exemplo, através da escolha do tema da conversa, da ênfase nas suas vitórias quotidianas, da construção de uma imagem de si próprios como sendo fortes, do apelo à violência, da não exposição de emoções e, sobretudo, da impessoalidade patente na conversa exclusivamente masculina.

Através de uma conversa transcrita por Coates (2004: 142), podemos perceber algumas masculinidades alternativas, como, por exemplo, o desconforto causado pelo sentimento de vulnerabilidade, em contraste com a possibilidade de disfarçar, que surge como ainda pior opção. Mesmo assim, quando os homens discutem temas do foro mais pessoal, nota-se que estes procuram uma linguagem que contribua para neutralizar o discurso, tanto quanto possível, tentando sempre uma aproximação a uma masculinidade dominante.

Alguns estudiosos rotularam o estilo de interação masculino de competitivo e o correspondente feminino de cooperativo. Não obstante, tornou-se claro que ambos os estilos de conversa têm em comum o objetivo de criar solidariedade entre o grupo em questão, facto que por si só bastaria para justificar a afirmação de Coates (2004: 143), segundo a qual seria inapropriado dar demasiada importância às diferenças entre homem e mulher.

Relativamente à noção de género como uma categoria em que é possível uma ou mais representações, as novas tendências, reveladas pelos mais recentes estudos, apontam para a existência de diversas versões de masculinidade e de feminilidade. Destas, umas são mais ou menos próximas da versão dominante e outras constituem papéis alternativos ao que se conhece como norma. A relação entre estas versões é de competição entre elas, na medida em que cada um de nós tem sempre a possibilidade de assumir uma das muitas versões à nossa disposição. Para fazermos as nossas escolhas temos, no entanto, de ter em conta as convenções impostas pelo contexto. A dificuldade surgirá, mais provavelmente, quando o sujeito optar por um papel mais distante do convencional e que, portanto, subverte a norma socialmente ditada.

Capítulo 6

Na Prática: Domínio, Diferença ou Nenhum destes?

Trabalho a partir de: *Guia para uma Linguagem promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*

Começando esta análise pelo título da publicação acima referida, fica implícita a ideia de que, na sociedade, o papel principal é desempenhado pela linguagem, tornando-a assim responsável por grande parte do que de certo ou errado sucede.

Na realidade, os valores e princípios pelos quais a nossa sociedade se rege é que são, depois, expressos pela linguagem.

Para um melhor entendimento deste fenómeno, devemos ter em conta três fatores de natureza bem distinta: uma sociedade e as leis a que esta se submete, enquanto *mecanismo* onde encontramos comportamentos típicos do ser humano em interação, em segundo lugar, o comportamento do indivíduo em isolado e, por último, a linguagem, um dos principais testemunhos de uma cultura e, simultaneamente, um instrumento de comunicação que reflete, mais do que a cultura que representa, o ponto de vista dessa mesma sociedade, a sua perspetiva do mundo.

Então, quanto à sociedade, sabemos que se trata de um *mecanismo* que funciona de maneira peculiar, na medida em que, em sociedade, o indivíduo exhibe, normalmente, um comportamento diferente do que terá, por exemplo, se estiver em privado. Numa conversa em grupo, o indivíduo cumpre determinadas regras, por exemplo: respeito pela vez de intervir, pertinência da intervenção, adequação do vocabulário ao contexto em que decorre a conversa, demonstração de interesse pela contribuição do seu(s) interlocutor(es), respeito pela face dos falantes e manutenção do interesse dos outros participantes no decurso da interação. Em suma trata-se de cumprir as máximas previstas no Princípio da Cooperação de P. Grice.

Relativamente ao indivíduo e às suas complexidades psicológicas, a questão não se torna mais simples: o seu temperamento, a sua formação e, por último, a sua aprendizagem social são fatores que, inevitavelmente, interferem nas contribuições que dará numa conversa. Ora, no decurso de uma conversa entre elementos de sexo oposto, há ainda um

outro interveniente a ter em conta: a rivalidade entre homem e mulher, normalmente traduzida pelo homem sempre em busca de se destacar a si mesmo.

Finalmente, em relação à linguagem, recordamos que esta se constitui como um instrumento de carácter puramente convencional, consiste num complexo conjunto de regras e processos mentais para traduzir pensamentos, refletir práticas, enfim, ilustrar procedimentos, sem esquecer, no entanto, que é apenas um veículo de transmissão e perpetuação, não pode ser responsabilizada como se tivesse vida própria e autonomia para assumir responsabilidade por determinadas práticas mais ou menos censuráveis.

Dada a sua natureza convencional e abstrata, não é razoável esperar simetria entre a realidade e o que se diz. A própria natureza e pureza dos nomes é posta em causa desde há muito por autores clássicos como, por exemplo, Platão fez na sua obra *Crátilo*.

Num sistema gramatical de género como é o caso da língua portuguesa, está prevista a distinção entre linguagem e realidade: a realidade distingue dois sexos e a linguagem portuguesa, neste caso, prevê dois géneros, por isso, existem duas designações diferentes. O sexo é de natureza biológica e inquestionável e o género é de carácter cultural e arbitrário.

Quando, no título da publicação acima referido, se diz *linguagem promotora da igualdade*, estamos perante uma falsa expectativa, é ao ser humano e à sociedade em que este se insere que devem ser imputadas as responsabilidades e é também do ser humano que se deve esperar a iniciativa para encetar mudanças que dêem lugar a práticas que reflitam igualdade e justiça.

Nesta linha de pensamento, a autora do texto acima indicado, Graça Abranches, parece entrar em contrassenso quando, na página 13 diz : "As práticas linguísticas (...) devem ser congruentes com as práticas sociais, refletindo-as, dando delas testemunho e promovendo o seu desenvolvimento." Não poderia ser de outra forma. Esta é uma recomendação desnecessária, por se tratar da função naturalmente desempenhada pela linguagem.

A linguagem consolida os papéis atribuídos ao homem e à mulher pela sociedade. A própria interação linguística é o resultado da aprendizagem de um comportamento social, que, como qualquer outro comportamento desta natureza, é imprescindível para que nos possamos integrar na sociedade, caso contrário, a exclusão será a alternativa mais provável.

É precisamente na sociedade que, infelizmente, ainda se registam comportamentos indesejáveis em diversas áreas, neste caso, no que diz respeito à distribuição e reconhecimento de papéis do homem e da mulher: o primeiro com demasiado destaque e o outro subestimado.

São as práticas dos membros ativos numa sociedade que têm de mudar, muito antes de nos preocuparmos com nomenclaturas ou textos, ainda que estes sirvam para denunciar a necessidade de alterar as rotinas.

A preponderância masculina em todos os setores da sociedade e a consequente invisibilidade da mulher têm sido uma constante na nossa sociedade. Este facto reflete-se, inevitavelmente, em várias áreas da nossa sociedade e torna-se flagrante na linguagem à qual tantas culpas se atribuem pelas desigualdades.

É, então, esta preponderância dos papéis interpretados no masculino que está traduzida pela língua e dá origem a fenómenos vários como, por exemplo, os que são denunciados neste documento.

O facto de o género masculino assumir a dupla função de género masculino e género geral, por oposição ao género específico, o feminino é uma das grandes reivindicações: existindo dois géneros, o masculino e o feminino, por que razão o primeiro há de desempenhar as funções do segundo?

Na opinião da autora, isto é sinal de menosprezo pelas mulheres e favorece a exclusão social da mulher.

"Quando considerado a um nível sociocognitivo este sistema de género é assim o modelo, inscrito na língua, de uma categorização, que, com base em critérios biológicos, exclui as fêmeas humanas da humanidade." (Abranches 2009: 12)

Apesar da responsabilidade da sociedade relativamente a todas as desigualdades, o comportamento do indivíduo em sociedade também tem de ser tido em conta. Há diversos autores que se dedicam a analisar em pormenor o comportamento linguístico dos indivíduos, para tentar perceber se existem características na linguagem do homem ou da mulher que possam, de alguma forma, ajudar a entender as especificidades de uma e de outra.

Assim é, de facto. Em interação, homem e mulher usam a linguagem e todas as estratégias nela previstas de forma diferente.

Um e outro têm diferentes percepções do mundo, percursos, formação intelectual e o objetivo de um e de outro também é, na maioria das vezes, profundamente diferente.

A rivalidade entre os sexos parece-nos natural e até mesmo inevitável. Por isso, a luta pelo protagonismo em determinado momento pode ser interpretada por muitos como uma forma de domínio que o homem ainda procura exercer sobre a mulher.

Ainda de salientar a importância do contexto específico em que decorre a interação: por exemplo em público ou na intimidade de um lar e o que pode estar em jogo.

De volta ao documento que serve de base a este capítulo, além do que está previsto na Constituição portuguesa, artigo 9.º, alínea h) e no Regimento do Conselho de Ministros², nele são também indicados importantes organismos internacionais, a UNESCO, a ONU e o CONSELHO DA EUROPA, que também sublinham veementemente a necessidade de eliminar o sexismo na linguagem.

Em Portugal, o Regimento do Conselho de Ministros incluiu, nas regras de legística *a utilização de uma linguagem não discriminatória de forma a "neutralizar-se ou minimizar-se a especificação do género através do emprego de formas inclusivas ou neutras (...)"*.

No excerto do Conselho da Europa³, citado no referido documento, fala-se em *linguagem que reflita o princípio da igualdade de género*. No excerto da ONU⁴ *fala-se em esquemas e modelos de comportamento sociocultural dos homens e das mulheres com vista a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas (...) que se fundem na ideia de inferioridade ou superioridade de um ou e outro sexo (...)*, e por fim, a UNESCO⁵, também citada, recomenda a *adoção de uma política destinada a evitar (...) o emprego de termos relativos explicita ou implicitamente a um dos sexos, salvo se se tratar de medidas positivas em favor das mulheres*.

À exceção do texto da ONU, os restantes partilham a ideia de que a linguagem terá de ser intervencionada, no sentido de corrigir todas as formas que denunciam qualquer tipo de forma linguística que denuncie discriminação sexual. O texto da ONU, por seu lado, evidencia a vontade de eliminar, não as formas linguísticas, mas sim *esquemas e modelos*

² Regimento do Conselho de Ministros alterado em maio de 2006, resolução n.º 64/2006, 18 de maio de 2006.

³ Recomendação Rec (2007) 17, do Comité de Ministros aos Estados Membros sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade (adotada a 21 de novembro de 2007).

⁴ Convenção sobre a eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, ratificada em Portugal em 1980, artigo 5.º, alínea a).

⁵ Resoluções aprovadas em 1987 e 1989.

de comportamento, deixando assim transparecer um ponto de vista diferente sobre as medidas a tomar para conseguir a igualdade entre homem e mulher.

É curioso também observar que, no texto da UNESCO, se fala em pôr de lado as referências a um dos sexos, salvo se forem termos que reflitam a promoção do papel da mulher na sociedade. Afinal, a solução encontrada para evitar favorecer o sexo masculino parece favorecer o sexo feminino, ainda que sob o estandarte da igualdade e da justiça.

Capítulo 7

Género e Poder

A rivalidade entre homem e mulher é sobejamente conhecida, desde tempos imemoriais.

Numa conversa entre homem e mulher, não será difícil reconhecer uma tentativa, ainda que mais ou menos velada, de afirmação. Ambos têm à sua disposição um leque diversificado de estratégias linguísticas que, devidamente manipuladas, poderão contribuir para fazer valer o seu ponto de vista ou cumprir determinado objetivo.

No entanto, há muitos outros fatores que, direta ou indiretamente, influenciam o decurso de um diálogo entre homem e mulher: a posição social e o ambiente familiar ou profissional, são apenas alguns exemplos.

Consideramos esta rivalidade entre homem e mulher quase natural, embora não possamos esquecer que, comparativamente com o homem, a mulher foi considerada menos capaz durante muito tempo (em alguns casos ainda é), portanto, mais naturalmente temos de aceitar que, após um longo percurso de evolução, há que dar oportunidade à necessidade de afirmação pessoal e profissional da mulher.

Apesar da prevalência até hoje das expressões "sexo forte" e "sexo fraco", há muito que são conhecidos estudos credíveis que comprovam que não há nada de inferior no cérebro feminino relativamente ao masculino. O que se sabe é que há diferenças na organização e no funcionamento de um e de outro: o homem parece revelar mais aptidão para determinada tarefa, enquanto a mulher se mostra mais hábil noutra.

Talvez desta forma, possamos entender o despique entre homem e mulher como uma permanente rivalidade na busca de poder, isto é: recorrendo a todo o tipo de estratégias linguísticas ao seu dispor, homem e mulher competem incessantemente pelo lugar cimeiro do pódio, interpretando a sua masculinidade ou feminilidade, sem perder de vista o objetivo de se destacar.

Mas, se está comprovado que a inferioridade da mulher tem sido apenas um mito, porque sabemos que, do ponto de vista intelectual, homem e mulher podem competir em igualdade, quais os fatores que mais influenciam as escolhas linguísticas do homem e da mulher? A diferença atribuída pela natureza será suficiente para justificar dois

comportamentos linguísticos distintos, ou, pelo contrário, será essa mesma diferença que explica séculos de confrontos e desentendimentos entre o homem e a mulher.

É já um progresso muito importante o facto de se reconhecer que, afinal, há diferenças também a nível do funcionamento do cérebro e que são estas que poderão ajudar a explicar muitos dos comportamentos de antagonismo entre homem e mulher.

Mesmo assim, por diversas vezes, na análise de uma conversa entre elementos de sexo oposto, tivemos oportunidade de constatar que, além das diferenças estabelecidas naturalmente entre homem e mulher, o "Poder" é outro dos vetores determinantes do progresso ou retrocesso dessa mesma conversa.

Neste contexto, é fundamental clarificar o significado da palavra "Poder". Este pode ter origem em fontes muito diversas, dependendo, novamente, do contexto genérico em que decorre a interação linguística. Assim, o "Poder" pode ser conferido a um dos interlocutores pela posição social, pelo cargo profissional, pelo lugar que lhe é reconhecido na hierarquia familiar, resultando, em última instância, das prioridades reconhecidas pela cultura em questão.

A linguagem feminina, tradicionalmente associada à fragilidade, pode, hoje em dia, ser estudada à luz de um novo enquadramento, na medida em que não é invulgar encontrar um cenário em contexto de trabalho, por exemplo, em que homem e mulher, em igualdade de circunstâncias, competem pelo mesmo objetivo ou, outro exemplo que desafia a tradição, uma mulher que ocupa um lugar que lhe confere mais "Poder", e, conseqüentemente, mais vantagem em relação ao homem.

Desta forma, a figura masculina deixa de ser vista como alguém misteriosamente dotado de capacidades extraordinárias.

William O'Barr e Bowman Atkins, no seu trabalho *Women's Language or Powerless Language* (1980), foram os primeiros a levantar esta questão, a propósito da sua observação dos diálogos nos tribunais americanos, como cenário onde podemos enquadrar diversos episódios em que se chama especial atenção para o comportamento da personagem feminina.

Baseados no trabalho de R. Lakoff (1975), os referidos autores analisaram o discurso de testemunhas masculinas e femininas para tentar chegar a uma conclusão relativamente à possibilidade de o seu discurso corresponder, de facto, à descrição de Lakoff, de acordo com a qual existe um grupo de estratégias linguísticas que se crê que integram, quase

exclusivamente, a linguagem dita feminina, a título de exemplo: *Hedges; Tags; Léxico específico* (vocabulário cromático), entre outros.

Segundo esta autora, são estratégias linguísticas frequentemente utilizadas por mulheres, de tal forma que acaba por se tornar uma associação difícil de contornar: o recurso em causa e a sua utilizadora. O tempo acaba por provocar, também ele, uma ligação difícil de contrariar: determinada estratégia linguística utilizada durante muito tempo por falantes do sexo feminino, acaba, quase inevitavelmente, por ser considerada parte integrante do que se acredita ser um dialeto específico das mulheres.

O estudo de W. O'Barr e B. Atkins revelou que, enquanto algumas testemunhas do sexo feminino utilizam a linguagem que confirma a descrição de Lakoff, outras há que, pelo contrário, utilizam uma linguagem que não corresponde àquele enquadramento. A novidade introduzida por estes estudiosos consiste no facto de estes terem conseguido estabelecer uma relação entre o tipo de linguagem usada, o estatuto social elevado, a confiança e assertividade patentes no seu discurso e ainda o grau de experiência e à-vontade que as testemunhas tinham a prestar depoimento formal em tribunal.

Relativamente às testemunhas do sexo masculino, os mesmos autores também constataram que a variação no tipo de linguagem usada tinha a ver com as mesmas condicionantes. A partir desta importante constatação, os autores tinham reunido elementos suficientes para corrigir um erro perpetuado por muito tempo e afirmar que o que, até então terá sido designado por "linguagem feminina" deveria passar a designar-se por "linguagem reveladora de ausência de poder", uma vez que, de acordo com as conclusões referidas, o tipo de linguagem descrito por Lakoff não está associado, quase exclusivamente, a falantes do sexo feminino, mas sim à posição social e à experiência em prestar declarações em tribunal dos falantes, independentemente de se tratar de homens ou de mulheres.

Segundo W. O'Barr e B. Atkins, o facto de, paralelamente, se poder estabelecer uma relação mais regular entre as testemunhas do sexo feminino e o uso da linguagem "reveladora de ausência de poder" é explicado através do facto de, por tradição, na sociedade americana, sobre a qual incidia o estudo, as mulheres ocuparem posições em que usufruem de muito pouco ou nenhum poder.

No entanto, para alguns, este estudo revelou inconsistências importantes e em número suficiente para dar lugar a algumas críticas. Um dos pontos alvo de crítica é a

referência, de maneira genérica, à linguagem feminina, sabendo-se que Lakoff terá reunido esta amostra de linguagem sem uma pesquisa rigorosa, além disso, a recolha da referida amostra parte do princípio de que um determinado recurso linguístico tem apenas uma função ou significado, ignorando todos os autores que escreveram sobre os fatores contextuais que, como também já tivemos oportunidade de referir, influenciam a escolha e o efeito desse mesmo recurso.

Mais ainda, W. O'Barr e B. Atkins assumem que o conjunto de formas linguísticas por eles identificadas como reveladoras de "ausência de poder" tem um significado e um efeito alheio à cultura na qual ocorrem: como se as formas linguísticas fossem autónomas e o seu significado uma parte integrante de si mesmo, rejeitando qualquer influência exterior de elementos contextuais. Sabemos que é precisamente o contrário: o facto de, por exemplo, certas formas linguísticas serem, alegadamente, mais usadas por mulheres, faz com que estas mesmas formas passem a ser identificadas com as mesmas características atribuídas às mulheres: os *hedges* são um exemplo típico de um dos recursos que, por se acreditar que é mais frequentemente utilizado pelas mulheres, se assume como particularmente revelador de insegurança, quando, na verdade se verificou que este pressuposto não constitui lei: pode ou não corresponder à verdade, não pelo facto de ser usado por um interlocutor do sexo feminino, mas sim porque o significado do discurso assim o determina.

Sabemos que não é assim: a linguagem só adquire significado através da interação de um conjunto de variantes: a utilização por um falante que, por sua vez, está inserido numa região geográfica, numa sociedade e num grupo familiar, social e profissional; para nomear apenas algumas das condicionantes que influenciam as escolhas linguísticas.

Em 1988, o trabalho de Patrícia Wetzel "*Are 'Powerless' Communication strategies the Japanese norm?*" aprofundou, primeiro, a noção de "*powerless language*", tendo chegado à intrigante conclusão de que os padrões de conversação femininos e de "ausência de poder" no Ocidente, estão associados ao homem e ao poder no Japão. Surpreendente! Definitivamente, cai por terra a convicção de que as características das escolhas linguísticas das mulheres são intrínsecas à própria linguagem: de acordo com esta revelação, a escolha do significante e respetivo significado são, afinal, o resultado de outro tipo de combinações, dificilmente se poderá agora justificar uma associação entre o sexo do falante e as suas opções linguísticas.

Preocupada com a noção de poder, P. Wetzel estuda, em seguida, a noção de poder dentro de uma cultura específica e mostra que só depois de compreendermos esta noção inscrita em determinada cultura é que poderemos então entender as opções linguísticas numa conversa. Outra demonstração clara e muito significativa da relatividade das estratégias linguísticas é o facto de P. Wetzel ter também revelado que, no Ocidente, as mais sólidas estratégias conversacionais utilizadas por falantes do sexo masculino e, portanto, tradicionalmente associadas a uma ideia de poder e de assertividade, são consideradas imaturas e pouco elaboradas pelos falantes japoneses, confirmando-se, desta forma, a premissa fundamental de que a linguagem, em si mesma, não tem significado associado à partida. O significado e / ou simbologia são conferidos pela cultura que dela se serve: a indumentária de que nos servimos com uma finalidade específica.

Conclusão

Este trabalho procura apurar se a linguagem é, de facto, sexista. Através de alguns estudos que cobrem um período de tempo relativamente significativo, tentámos identificar alguns dos fatores que poderão ter contribuído para se chegar a esta afirmação.

Para concretizar este objetivo é necessário, em primeiro lugar, esclarecer em que consiste o alegado sexismo na linguagem e sob que forma(s) se revela.

A história da civilização humana encerra uma das prováveis raízes do problema: a sociedade dos nossos dias está estruturada sobre a preponderância da figura masculina, sem lugar para que sejam reconhecidas capacidades à mulher, ou para que lhe sejam proporcionadas as oportunidades de maneira a fomentar uma competição saudável entre masculino e feminino.

Em cima disto, desenvolveu-se uma sociedade que responsabiliza a linguagem pelas suas injustiças, preconceitos e exageros.

Ao longo dos tempos, a mulher tem sido julgada sempre em função do homem, incapaz até de o imitar, o estatuto da mulher não progride: a mulher será sempre comparada com o homem, será sempre vista de maneira diferente, porque não revela as mesmas aptidões. A mulher aparece como frágil, delicada, pouco dotada intelectualmente, com tarefas quase predestinadas, uma espécie de fiel seguidora do homem.

A sociedade ignora o facto de a mulher não ter tido a mesma preparação nem tão pouco as mesmas oportunidades, não lhe reconhece o mesmo estatuto, no entanto, julga a mulher pela mesma bitola.

A discriminação tem, pois, lugar no seio da sociedade.

A língua é um sistema convencional ao serviço da sociedade, desempenhando a função de um espelho dos hábitos, costumes e cultura da sociedade que representa. Por isso, a língua denuncia tanto os avanços como os retrocessos que ocorrem na sociedade.

Entre os diversos estudos de diferentes autores, podem encontrar-se traços comuns, entre os quais a difusão da ideia de que o mundo é dos homens: foi feito por eles e para eles.

Através da seleção quer de algumas formas de interação, quer de estratégias linguísticas, ambas em contexto, tentámos também analisar e dar a conhecer situações que, provavelmente, terão contribuído para a consolidação do mito, mas que, numa segunda

análise, se verifica, afinal, existirem pouco mais do que falsas premissas para se afirmar que a linguagem é discriminatória.

Ainda que, hoje em dia, o fosso que separa o masculino do feminino seja bem menor, homem e mulher enfrentam ainda diferenças suficientemente significativas para que a desvantagem continue, literalmente, no feminino.

Na mesma linha de pensamento, este trabalho procura ainda chamar a atenção para o facto de que, além de tudo o que separa homem e mulher, há diferenças incontornáveis que não podem ser ignoradas quando analisamos o fenómeno do sexismo na linguagem: homem e mulher têm características diferentes que se revelam muito mais importantes do que qualquer tipo de julgamento / escrutínio social. Deixa de estar em causa apenas uma rivalidade e assumem particular destaque as diferenças inerentes a cada um dos sexos.

Em interação, homem e mulher assumem as suas individualidades diferentes, também por isso, a análise linguística deste tipo de situação tem, forçosamente, de ter em conta todo o tipo de condicionantes que determinam comportamentos e opções linguísticas.

Pudemos constatar, inclusivamente, que interações entre elementos do mesmo sexo ou de sexo diferente levam a resultados bastante diferentes. Todas as conclusões, no entanto, confirmam o seguinte: homem e mulher exibem diferenças de comportamento, de estrutura de pensamento, de objetivo e, logicamente de estratégia delineada para concretizar qualquer que seja a meta a alcançar. Sublinhamos a ideia de que nos referimos a diferenças e não a discriminação de qualquer natureza.

Coates (2004), uma destacada estudiosa desta matéria, propõe uma abordagem fundamental para que cheguemos a entender melhor a realização linguística do homem e da mulher: feminilidade e masculinidade poderão passar a ser entendidas como diferentes opções à disposição do falante.

Afinal, o conceito de competência comunicativa (Hymes 1972) considera uma situação de comunicação como aquela em que os falantes têm de ter em conta um conjunto de fatores que vão desde a correção gramatical até à consciência de quando é mais apropriado falar ou manter-se em silêncio, passando ainda pela ideia de adequação ao contexto social e cultural.

Ora, feminilidade e masculinidade representam apenas diferentes estilos, o mesmo é dizer, exibem diferentes perspetivas do mundo quando, numa situação de interação

linguística, se verifica que, perante o mesmo objetivo e com os mesmos instrumentos à disposição, homem e mulher revelaram escolhas linguísticas divergentes. Ambos concretizam o objetivo comunicativo, mas através de percursos diferentes. Podemos, portanto, afirmar que se trata de identidades diferentes, sem menosprezar ou sobrevalorizar nenhuma delas.

A conversa, seja ela entre elementos do mesmo sexo ou não, para ser considerada como tal, tem de revelar cooperação, em maior ou menor grau. O que se verifica, então, é que a conversa entre elementos exclusivamente femininos revela, geralmente, uma tendência cooperativa, enquanto a conversa entre elementos exclusivamente masculinos apresenta, na maioria das vezes, uma tonalidade mais competitiva ou adversativa. No entanto, estas não devem ser tidas como categorias estáticas que definem os respetivos géneros. Muito pelo contrário, esta constatação demonstra que o mesmo objetivo pode ser conseguido de diversas formas, além disso, o contexto social ou cultural em que a conversa decorre leva a que optemos por uma de entre as diferentes opções que contribuem para o ajustamento às circunstâncias.

No fundo, podemos afirmar que seleccionámos a(s) estratégia(s) linguística(s) em função do contexto em que nos encontramos, da mesma forma que escolheríamos a indumentária consoante as circunstâncias a que se destinasse; ou, ainda, como se nos fosse dada a oportunidade de escolher qual o papel que gostaríamos de interpretar numa peça na qual fôssemos convidados a participar.

Até a sabedoria popular confirma, desde há muito, uma das ideias subjacentes a este trabalho: cada cabeça tem uma opinião diferente, provando-se, por isso, que é impossível atender, em simultâneo, a critérios de natureza divergente, ainda que a busca de consenso seja louvável. Refiro-me concretamente a uma fábula atribuída a Esopo, *O Velho, o Rapaz e o Burro*, segundo a qual a tentativa de agradar a todos se revelou um verdadeiro fracasso. Na história, tal como na realidade, a busca do que se acredita ser ideal resulta em situações caricatas, em que, facilmente, se passa do exagero por defeito ao exagero por excesso.

Neste caso, na nossa opinião, a fórmula do equilíbrio será sempre frágil, na medida em que se trata de uma língua: um sistema convencional, mas, simultaneamente, um organismo em evolução constante e, por isso, sempre em processo de ajustamento à

realidade. Por outro lado, não pode deixar de atender a todos os condicionalismos próprios da sua natureza convencional.

Bibliografia

ABRANCHES, G. (2009) *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, in

<http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Linguagem.pdf>

BARNARD, Stephen (2000) *Studying Radio*, Londres: Arnold.

BARNES, Douglas (1971) "Language and Learning in the Classroom", *Journal of Curriculum Studies* 3 (1).

BOUCHARD, P.; Vachon-L'Heureux, P.; De Pietro, J., F.; Béguelin, M.; Mathieu, M.; Moreeau, M., (1999), *La Féminisation des noms de Métiers, Fonctions, Grades ou Titres au Québec, en Suisse, en France et en Communauté française de Belgique*, Serviço da Língua Francesa, Ministério da Comunidade Francesa e Edições Duculot.

BROWN, Penelope & Stephen Levinson (1978), "Universals in Language Usage: Politeness Phenomena", Esther Goody (org.) *Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction*, Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (1987) *Politeness. Some Universals in Language Use*, Cambridge: Cambridge University Press.

CAMERON, Deborah, McAlinden, Fiona & O'Leary, Kathy (1989) "Lakoff in Context: the Social and Linguistic Functions of Tag Questions", pp. 74 - 93 in Coates, Jennifer & Cameron, Deborah (eds.) *Women in their Speech Communities*, Londres: Longman.

CAMERON, Deborah (1997) "Performing Gender Identity: Young Men's Talk and the Construction of Heterosexual Masculinity", pp. 47 - 64, in Johnson, Sally & Meinhof, Ulrike H. (eds.) *Language and Masculinity*, Oxford: Blackwell.

CASANOVA, I. (ed.) (2006), *O Destino das Línguas: que Futuro no Espaço da UE?*, Lisboa: Universidade Católica Editora.

_____ (2009), *Dicionário Terminológico, Compreender a TLEBS*, Lisboa: Plátano Editora.

_____ (2011), *Discursar em Português... e não só. O Discurso em Análise*, Lisboa: Plátano Editora.

CHESHIRE, Jenny (1982) *Variation in an English Dialect*, Cambridge: Cambridge University Press.

COATES, Jennifer (1989) "Gossip revisited: Language in all Female Groups", pp. 94 - 121 in Coates, Jennifer & Cameron, Deborah (eds) *Women in their Speech Communities*. Londres: Longman.

_____ (1991) "Women's Cooperative Talk: a New Kind of Conversational Duet?", pp. 296 - 311 in Uhlig, Claus & Zimmerman, Ruliger (eds) *Proceedings of the Anglistentag 1990 Marburg*, Max Niemeyer Verlag Tübingen.

_____ (1994) "No Gap Lots of Overlap: Turn Taking Patterns in the Talk of Women Friends", pp. 177 - 92 in Graddol, David, Maybin, Janet & Stierer, Barry (eds) *Researching Language and Literacy in Social Context*, Clevedon: Multilingual Matters.

_____ (2003) *Men Talk: Stories in the Making of Masculinities*, Oxford: Blackwell.

_____ (2004) *Women, Men and Language*, Harlow: Pearson Education.

_____ (2011), *Language and Gender: A Reader*, Chichester: Blackwell Publishing.

CRYSTAL, D. (2001), *Rediscover Grammar*, Harlow: Pearson Education.

_____ (2010) *Making Sense of Grammar*, Harlow: Pearson Education.

_____ (1998) "The Sounds of Silence: how Men Silence Women in Marital Relations", pp. 176 - 84, in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: A Reader*, Oxford: Blackwell.

DUBOIS, Betty Lou & Crouch, Isabel (1975) "The Question of Tag Questions in Women's Speech: they don't really use more of them, do they?", *Language in Society* 4: 289 - 94.

EAKINS, Barbara W. & Eakins, R. Gene (1979) *Sex Differences in Human Communication*, Boston, MA: Houghton Mifflin.

EDELSKY, Carole (1993) "Who's got the Floor?", pp. 189 - 227 in Tannen, Deborah (ed.) *Gender and Conversational Interaction*, Oxford: Oxford University Press.

ENGLE, Marianne (1980) "Language and Play: a Comparative Analysis of Parental Initiatives", pp. 29 - 34 in Giles, Howard, Robinson, W. Peyer & Smith, Philip M. (eds.) *Language: Psychological Perspectives*, Oxford: Pergamon Press.

FAIRCLOUGH, Norman (1992) *Discourse and Social Change*, Cambridge: Polity Press.

FARIA, R. (2009), *O Fenómeno da Delicadeza Linguística em Português e em Inglês*, Faculdade de Ciências Humanas, Tese de Doutorado, Universidade Católica Portuguesa.

FISHMAN, Pamela (1980a) "Conversational Insecurity", pp 127 - 32 in Giles, Howard, Robinson, W. P. & Smith, Philip M. (eds) *Language: Social Psychological Perspectives*, Oxford: Pergamon Press.

_____ (1980b) "Interactional Shitwork", *Heresies* 2: 99 - 101.

_____ (1983) "Interaction: the Work Women Do". in Thorne, Rowley: Kramarae & Henley 1983.

_____ (1998) "Conversational Insecurity". in Cameron 1998.

FORBES S., Jones, N., Mayor, M. & Stabeford, T., (1993), *English Grammar for Learners*, Larousse, S. A., Lisboa: Plátano Editora.

FROMKIN, V., R. Rodman, (1983), *An Introduction to Language*, London: Holt-Saunders, *Introdução à Linguagem*, Coimbra: Livraria Almedina, 3.^a Edição, 1993, Tradução de Isabel Casanova.

GAL, Susan (1979) *Language Shift*, Nova Iorque: Academic Press.

_____ (1998) "Peasant Men can't get Wives: Language Change and Sex Roles in a Bilingual Community", pp. 147 - 59 in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: A Reader*, Oxford: Blackwell.

GOMM, Isabel (1981) "A Study of the Inferior Image of the Female Use of the English Language as compared to that of the Male". Dissertação de Licenciatura não publicada, Edge Hill College, Ormskirk.

GOODWIN, Marjorie, (1980) "Directive - Response Speech Sequences in Girls' and Boys' Task Activities", pp. 157 - 73 in McConnel-Ginet, Sally, Borker, Ruth & Furman , Nelly (eds) *Women and Language in Literature and Society*, Nova Iorque: Praeger.

_____ (1990) *He-said-she-said. Talk as Social Organization among Black Children*, Bloomington: Indiana University Press.

_____ (1998) "Cooperation and Competition across Girls' Play Activities", pp. 121 - 46 in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: a Reader*, Oxford: Blackwell.

GUNNARSSON, Britt-Louise (1997) "Women and Men in the Academic Discourse Community", pp. 219 - 48 in Kotthoff, Helga & Wodak, Ruth (eds.) *Communicating Gender in Context*, Amesterdão: John Benjamins.

HARRIS, Sandra (1984) "Questions as a Mode of Control in Magistrates' Courts", *International Journal of the Sociology of Language*, 49: 5 - 27.

HERBERT, Robert K. (1998) "Sex-based Differences in Compliment Behaviour", pp. 53 - 75 in Cheschire, Jenny & Trudgill, Peter (eds.) *The Sociolinguistics Reader*, vol. 2: *Gender and Discourse*, Londres: Arnold.

HERRING, Susan, Johnson, Deborah & DiBenedetto, Tamra (1998) "Participation in Eletronic Discourse in a 'Feminist' Field", 197 - 210 in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: a Reader*, Oxford: Blackwell.

HEWITT, Roger (1997) " 'Box-out' and 'Taxing'", pp. 27 - 46 in Johnson, Sally & Meinhof, Ulrike H. (eds.) *Language and Masculinity*, Oxford: Blackwell.

HIRSCHMANN, Lynette (1974) "Analysis of Supportive and Assertive Behaviour in Conversations". Trabalho apresentado no encontro da Linguistic Society of America, em Julho 1974.

HYMES, Dell (1972) "On Communicative Competence", pp 269 - 93 in Pride, J. B. & Holmes, Janet (eds) *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books.

HOLMES, Janet (1984) "Hedging your Bets and Sitting on the Fence: some Evidence for Hedges as Support Structures", *Te Reo* (27): 47 - 62.

_____ (1987) Hedging, Fencing and other Conversational Gambits: an Analysis of Gender Differences in New Zealand Speech", pp. 59 - 79 in Pauwels, Anne (ed.) *Women and Language in Australian and New Zealand Society*. Sidney: Australian Professional Publications.

_____ (1988a) "Paying Compliments: a Sex Preferential Politeness Strategy", *Journal of Pragmatics* 12: 445 - 65.

_____ (1995) *Women, Men and Politeness*. Londres: Longman.

HUDSON, Emmet (1992) "Swearing: a Linguistic Analysis", Dissertação de Mestrado não publicada, Birkbeck College, Londres.

HUGHES, Susan (1992) "Expletives of Lower Working-Class Women", *Language in Society* 21: 291 - 303.

IRWIN, Anthea (2002) "The Construction of Identity in the Spontaneous Conversation of Adolescents". Tese de Doutorado não publicada, Universidade de Surrey Roehampton.

JESPERSEN, Otto (1922) *Language: Its Nature, Development and Origin*. Londres: Allen & Unwin.

JOHNSON, Sally & Finlay, Frank (1997) "Do Men Gossip? An Analysis of Football Talk on Television" in Johnson & Meinhof 1997.

JONES, Deborah (1980) "Gossip: Notes on Women's Oral Culture", in Cameron 1990. (Reimpressão de *Women's Studies International Quarterly* 3 (1980): 193 - 8.)

KUIPER, Koenraad (1998) "Sporting Formulae in New Zealand English: two Models of Male Solidarity", pp. 285 - 94 in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: A Reader*, Oxford: Blackwell.

LABOV, William (1972b) *Language in the Inner City*, Oxford: Blackwell.

LAKOFF, Robin (1975) *Language and Woman's Place*. Nova Iorque: Harper & Row.

LEET-Pellegrini, Helena M. (1980) "Conversational Dominance as a Function of Gender and Expertise", pp. 97 - 104 in Giles, Howard, Robinson, W. P. & Smith, Philip M. (eds.) *Language: Social Psychological Perspectives*, Oxford: Pergamon Press.

LOCHER, Miriam & Richard J. Watts (2005), "Politeness Theory and Relational Work", *Journal of Politeness Research*, 1, Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 9 - 33.

MALTZ, Daniel N. & Borker, R. A. (1982) "A Cultural Approach to Male - Female Miscommunication", pp. 195 - 216 in Gumpetz, John (ed.) *Language and Social Identity*, Cambridge: Cambridge University Press.

MULAC, Anthony, Wiemann John, Widenmann Sally & Gibson Toni (1988) "Male / Female Language Differences and Effects in Same-Sex and Mixed-Sex Dyads: the Gender-linked Language Effect", *Communication Monographs* 55 (4): 315 - 35.

O'BARR, William & Atkins, Bowman K. (1980) "'Women's Language' or 'Powerless Language'?", pp. 93 - 110, in McConnell-Ginet, Sally, Borker, Ruth & Furman, Nelly (eds.) *Women and Language in Literature and Society*, Nova Iorque: Praeger.

PILKINGTON, Jane (1998) "'Don't Try and Make out that I'm Nice': the Different Strategies Women and Men Use when Gossiping", pp. 254 - 69 in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: A Reader*, Oxford: Blackwell.

PLATÃO, (1963) *Crátilo: Diálogo sobre a Justeza dos Nomes*, Lisboa: Livraria Sá da Costa.

POMERANTZ, Anita (1978) "Compliment Responses: Notes on the Co-Operation of Multiple Constraints", pp. 79 - 112 in Schenkein, J. (ed.) *Studies in the Organization of Conversational Interaction*, Nova Iorque: Academic Press.

PREISLER, Bent (1986) *Linguistic Sex Roles in Conversation*, Berlin: Mouton de Gruyter.

PUJOLAR, Joan I. (1997) "Masculinities in a Multilingual Setting", pp. 86 - 106 in Johnson, Sally & Meinhof, Ulrike H. (eds.) *Language and Masculinity*, Oxford: Blackwell.

SACKS, Harvey, Schegloff, Emanuel, A. & Jefferson, Gail (1974) "A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation", *Language* 50: 696 - 735.

SAPIR, E. (1949) *Language: an Introduction to the Study of Speech*, Nova Iorque: Harcourt, Brace & World.

SAPORTA, Sol (1974) "Language in a Sexist Society". Comunicação feita no encontro promovido por Modern Language Association, Nova Iorque, Dezembro 1974.

SATTEL, Jack (1983) "Men, Inexpressiveness and Power", 118 - 24 in Thorne, Barrie, Kramarae, Cheris & Henley, Nancy (eds.) *Language, Gender and Society*, Rowley, MA.: Newbury House.

SCHICK Case, Susan (1988) Cultural Differences not Deficiencies: an Analysis of Managerial Women's Language", 41 - 63 in Rose, Susanna & Lawood, Laurie (eds.) *Women's Careers: Pathways and Pitfalls*, Nova Iorque: Praeger.

SIFIANOU, Maria (1992), *Politeness Phenomena in England and Greece. a Crosscultural Perspective*, Oxford: Oxford University Press.

SPENDER, Dale (1979) "Language and Sex differences", *Osnabrucker Beitrage zur Sprachtheorie: Sprache und Geschlecht* 11: 38 - 59.

_____ (1980) *Man Made Language*, Londres: Routledge.

_____ (1985) *Man Made Language*, 2.^a ed. Londres: Routledge & Kegan Paul.

STRODBECK, Fred & Mann, Richard (1956) "Sex Role Differentiation in Jury Deliberations", *Sociometry* 19: 3 - 11.

STUBBS, Michael (1983) *Discourse Analysis*, Oxford: Basil Blackwell.

SUTTON, Laurel (1994) "Using USENET: Gender, Power and Silence in Electronic Discourse", pp. 506 - 20, in Gahl, Susanne, Dolby, Andy & Johnson, Christopher (eds.) *Proceedings of the Twentieth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, CA.

SWACKER, Marjorie (1975) "The Sex of the Speaker as a Sociolinguistic Variable", pp. 76 - 83, in Thorne, Barrie & Henley Nancy (eds.) *Language and Sex*, Rowley, MA.: Newbury House.

TALBOT, Mary, (1992a) "'I Wish you'd Stop Interrupting me': Interruptions and Asymmetries in Speaker-rights in equal Encounters", *Journal of Pragmatics* 18: 451 - 66.

_____ (2010), *Language and Gender*, Cambridge: Polity Press.

THORNBORROW, Joanna (2002) "Questions, Control and the Organization of Talk in Calls to a Radio Phone-in", *Discourse Studies* 3 (1): 119 - 42.

TODD, Alexandra Dundas & Fisher, Sue (1988) *Gender and Discourse: The Power of Talk*, Norwood, NJ.: Ablex.

WEST, Candace (1984) *Routine Complications: Troubles with Talk between Doctors and Patients*, Bloomington: Indiana University Press.

_____ (1998a) "Not just 'Doctors' Orders': Directive Response Sequence in Patients' Visits to Women and Men Physicians", pp. 328 - 53 in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: A Reader*, Oxford: Blackwell.

_____ (1998b) "When the Doctor is a 'Lady': Power, Status and Gender in Physician-Patient Encounters", pp. 396 - 412 in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: a Reader*, Oxford: Blackwell.

WEST, Candace & Zimmerman, Don (1983) "Small Insults: a Study of Interruptions in Cross-sex Conversations between Unacquainted Persons", in Thorne, Barrie, Kramarae, Cheris & Henley, Nancy (eds.) *Language, Gender and Society*, Rowley, MA.: Newbury House.

_____ (1998) "Women's Place in everyday Talk: Reflection on Parent-Child Interaction". pp. 165 - 75 in Coates, Jennifer (ed.) *Language and Gender: A Reader*, Oxford: Blackwell.

WHORF, B. L., (1976) *Language, Thought and Reality: selected Writings*, John B. Carroll ed., foreword by Stuart Chase, Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology.

WINTER, Joanne (1993) "Gender and the Political Interview in an Australian Context", *Journal of Pragmatics* 20: 117 - 39.

WOLFSON, Nessa (1988) "The Bulge: a Theory of Speech Behaviour and Social Distance", pp. 21 - 38 in Fine, J. (ed.) *Second Language Discourse: A Textbook of Current Research*, Norwood, NJ.: Ablex.

WOODS, Nicola (1989) "Talking shop: sex and Status as Determinants of Floor Apportionment in a Work Setting", pp. 141 - 57 in Coates, Jennifer & Cameron, Deborah (eds.) *Women in their Speech Communities*, Londres: Longman.

ZIMMERMAN, Don & West, Candace (1975) "Sex Roles, Interruptions and Silences in Conversation", pp. 105 - 29 in Thorne, Barrie & Henley Nancy (eds.) *Language and Sex: Difference and Dominance*, Rowley, MA.: Newbury House.